



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

**BRASÍLIA-DF
2011**

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, a qual esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal. Elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU 107/2010 e 110/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Sumário

1	IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	7
2	INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE, CONSIDERANDO O ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS, BEM COMO AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS CONSUBSTANCIADAS EM PROJETOS E ATIVIDADES:.....	8
2.1	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE:	8
2.2	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	12
2.3	PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	14
2.4	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	23
3	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.	24
4	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	24
5	INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.	24
6	INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA. (QUADRO A SEGUIR)	24
6.1	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO	25
6.2	ANÁLISE CRÍTICA.....	26
7	DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.	27
-	NÃO SE APLICA.....	27
8	INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.....	27
9	INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:	27
9.1	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	27
9.2	RESPOSTA AO QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	29
10	INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA O DECRETO Nº 5.940/2006 E A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010, SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.....	33
10.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	33
11	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.....	36
12	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS: PLANEJAMENTO; RECURSOS HUMANOS; SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO; DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SISTEMAS; E CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TI.....	36
12.1	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	36
13	INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS 5.355/2005 E 6.370/2008.....	37

14	INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA, CONTENDO DECLARAÇÃO DO GESTOR DE QUE OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA, BEM COMO DA CONTRAPARTIDA, COMPROVARAM, NO EXERCÍCIO, QUE ESTAVAM EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO AOS PAGAMENTOS DOS TRIBUTOS JUNTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRFB, AO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS E À SEGURIDADE SOCIAL.	38
15	INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.....	38
16	INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.....	40
17	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.....	40

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.

APE – Associação de Poupança e Empréstimo
AUDIT – Auditoria Interna
BE – Boletim do Exército
BNH – Banco Nacional da Habitação
CCIEx – Centro de Controle Interno do Exército
CORCI – Coordenadoria de Riscos e Controles Internos
CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CREA/DF – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal
DocNix – Sistema de Gestão de Documentos
DOM – Diretoria de Obras Militares
DOU – Diário Oficial da União
ES – Empréstimos Simples
EF – Empréstimo Fardamento
EX - Exército
FAM – Fundo de Apoio à Moradia
FHE – Fundação Habitacional do Exército
IAB – Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil
LOA – Lei Orçamentária Anual
NPOR – Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
MF – Financiamento Micro Fácil
PEM – Programa Especial de Moradia da FHE
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PROCAP – Programa Casa Própria da FHE
PRT – Portaria
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal
UG – Unidade Gestora
UIA – Conselho da União Internacional dos Arquitetos
UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Quadro A. 1.1 – Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	7
Quadro A.6.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	26
Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes	27
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ.....	28
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	29
Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ	33

1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL**Quadro A. 1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Comando do Exército			Código SIORG: 00094
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Habitacional do Exército			
Denominação abreviada: FHE			
Código SIORG: 00957	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: Código do Órgão (27201) – Código Gestão (16201 – DCONT) – Código FHE (168001)
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação Pública de Direito Privado			
Principal Atividade: Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente			Código CNAE: 6499-9/99
Telefones/Fax de contato:	(061) 3314-7500	(061)3314-7545	(061)3314-7623 (FAX)
E-mail: ouvidoria@poupex.com.br			
Página na Internet: http://www.fhe.org.br			
Endereço Postal: Av. Duque de Caxias, s/nº – Setor Militar Urbano – Brasília-DF – CEP 70630-902			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980 – Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências; • Decreto nº 86.050, de 1º de junho de 1981 – Constitui a Fundação Habitacional do Exército, aprova o seu Estatuto, e dá outras providências; • Decreto de 24 de maio de 1994 – delega competência ao Ministro de Estado do Exército para aprovar o Estatuto da Fundação Habitacional do Exército (FHE). • Lei nº 7.059, de 06 de dezembro de 1982 – Altera o artigo 30 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, que Cria a Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências; • Lei nº 7.750, de 13 de abril de 1980 – Amplia as atividades da Fundação Habitacional do Exército e dá outras providências. 			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica.	Não se aplica.		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica.	Não se aplica.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica.		Não se aplica.	

2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE, CONSIDERANDO O ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS E METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS, BEM COMO AS AÇÕES ADMINISTRATIVAS CONSUBSTANCIADAS EM PROJETOS E ATIVIDADES:

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade:

- Art. 1º da Lei nº 7.750, de 13 de abril de 1989:
 - . “As atividades da Fundação Habitacional do Exército – FHE, criada pela Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, ficam ampliadas para prestar apoio social aos militares do Exército, atendendo a diretrizes e orientação do Comandante do Exército, podendo a referida Fundação, para esse fim, realizar as operações que se fizerem necessárias.”
 - . De acordo com o art. 3º da Lei n. 7.750, de 13.04.89, não são destinados à FHE recursos orçamentários da União. Deste modo, a Fundação não está inserida no Orçamento Geral da União e os objetivos e metas também não são previstos na Lei Orçamentária Anual e nem registrados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal (SIGPLAN).

2.1.1 Competências

Estatuto da FHE – Capítulo II – da Competência – Art. 3º:

“Compete à FHE para a consecução dos seus objetivos:

- I. Facilitar o acesso à casa própria aos associados da APE – POUPEX, prioritariamente aos militares do Exército;
- II. Realizar empreendimentos habitacionais cujo interesse venha a ser manifestado pelo Comandante do Exército;
- III. Contribuir para o bem-estar social da família militar, atuando prioritariamente nas áreas habitacional e de assistência social;
- IV. Incentivar a captação de poupança, buscando eficiência, produtividade e solidez econômico-financeira;
- V. Realizar operações financeiras e tomar empréstimos junto à APE – POUPEX e a outros agentes financeiros, na qualidade de agente integrante do SFH;
- VI. Realizar, diretamente ou em cooperação com outras entidades, pesquisas e estudos de natureza técnica na área da construção civil e no campo social, visando principalmente à economia na produção de habitações para os associados da APE – POUPEX;
- VII. Cooperar com órgãos e entidades integrantes do SFH, naquilo que se relacione com as atividades e objetivos desse Sistema;

VIII. Conceder empréstimos aos seus beneficiários, com prioridade para os militares do Exército e, em seguida, das demais Forças Singulares; e

IX. Constituir e administrar grupos de consórcios de bens móveis, imóveis e serviços.

§1º A FHE pode ainda assumir direta ou indiretamente a responsabilidade pela elaboração e execução de estudos e projetos que considere prioritários nos seus campos de atuação e negociá-los com grupos e entidades interessados, participando inclusive nos empreendimentos decorrentes.

§2º À FHE é facultado receber doações no País e no exterior, observada a legislação pertinente, podendo, na contratação com entidades estrangeiras, aceitar cláusulas e condições usuais nessas operações.

Art. 6º da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980:

“Compete, ainda, à Fundação Habitacional do Exército – FHE:

- I. Supervisionar a aplicação de recursos da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX concedidos a agentes promotores de programas habitacionais;
- II. Desenvolver, em caráter especial ou sistemático, estudos de natureza técnica e econômica, a fim de fornecer base à melhoria, aperfeiçoamento e inovações nos processos e técnicas relacionados com suas atividades;
- III. Realizar, diretamente ou em cooperação, estudos técnicos e científicos, visando às atividades do ramo de construção civil e afins, aos fatores de produção da habitação e ao treinamento de profissionais a elas vinculados;
- IV. Aprovar e coordenar programas especiais, em caráter de excepcionalidade, particularmente para os associados de baixa renda;
- V. Autorizar investimentos pela Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX em outras áreas onde o Banco Nacional da Habitação – BNH aplique seus próprios recursos, com o objetivo de obter maior rentabilidade do capital empregado, tendo em vista viabilizar programa imobiliário;
- VI. Adquirir terrenos para serem revendidos, sem caráter especulativo, aos agentes promotores que utilizem recursos da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX;
- VII. Atuar como sociedade mandatária dos associados da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX, nas suas Assembléias, independentemente da outorga de mandato;
- VIII. Fiscalizar as obras e serviços dos agentes promotores do que trata o inciso I.

2.1.2 Normas Relacionadas à Gestão e Estrutura – Estabelecem a Estrutura Orgânica da Gestão sob Exame: a estrutura orgânica da FHE é estabelecida no capítulo III de seu Estatuto, aprovado pela Portaria nº 21, de 27 de janeiro de 2009.

Atual gestão:

- **Presidente**

- Gen Ex Reformado CLOVIS JACY BURMANN – nomeado pelo Decreto 12 Nov 1996 (DOU 13 Nov 1996); Exonerado pela PRT/EX/MD nº 1.287, de 29 Dez 2010 (DOU 30 Dez 2010).
- Gen Ex Reserva Remunerada ERON CARLOS MARQUES – nomeado pela PRT/EX/MD nº 1.288, de 29 Dez 2010 (DOU 30 Dez 2010).

- **Vice-Presidente**

- Gen Div Reformado JOSÉ ANTONIO NOGUEIRA BELHAM – Nomeado pelo Decreto 12 Abr 1999 – (DOU); Exonerado pela PRT/EX/MD nº 560, de 06 Jul 2010 (DOU 07 Jul 2010).
- Gen Div Reserva Remunerada RICARDO BARBALHO LAMELLAS – Nomeado pela PRT/EX/MD nº 560, de 06 Jul 2010 (DOU 07 Jul 2010).

- **Diretor de Administração Financeira**

- Sr. JAIRO ALVES DOS SANTOS – Nomeado pelo Decreto de 04 Ago 1995 (DOU 07 Ago 1995).

- **Diretor Administrativo**

- Gen Div Reserva Remunerada RICARDO BARBALHO LAMELLAS – Nomeado pela PRT/EX/MD nº 071, de 24 Fev 2010. Exonerado pela PRT/EX/MD nº 559, de 06 Jul 2010 (DOU 07 Jul 2010).
- Gen Bda da Reserva Remunerada CLAUDIO ROGÉRIO PINTO – Nomeado pela PRT/EX/MD nº 565, de 07 Jul 2010 (DOU 08 Jul 2010).

- **Diretor de Produtos**

- Sr. JOSÉ DE MELO – Nomeado pelo Decreto de 16 de maio de 1996 – DOU; Exonerado pela PRT/EX/MD nº 1.042, de 26 Out 2010 (DOU 28 Out 2010).
- Sr LETÍCIO DE CAMPOS DANTAS FILHO – Nomeado pela PRT/EX/MD nº 1.042, de 26 Out 2010 (DOU 28 Out 2010).

- **Diretor de Habitação**

- Gen Div Reformado WALTER PEREIRA GOMES – Nomeado pelo Decreto 12 Abr 1999 (DOU 13 Abr 1999).

- **Diretor de Crédito Imobiliário**

- Sr JOSÉ DE CASTRO NEVES SOARES – Nomeado pela PRT/EX/MD nº 071, de 24 Fev 2010.

- **Conselho de Administração** - § 1º, 2º e 3º do art. 5º do Estatuto da FHE, aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 21, de 27 de janeiro de 2009, fixa a seguinte composição para o Conselho de Administração:

I. Presidente do Conselho - Secretário de Economia e Finanças do Exército:

- Gen Ex GILBERTO ARANTES BARBOSA – Nomeado pela PRT/EX/MD nº 200, de 30 Mar 2010.

II. Vice-Presidente do Conselho – Presidente da FHE

- Gen. Ex CLOVIS JACY BURMANN – Nomeado pelo Decreto de 12 Nov 96 (DOU nº 221, de 13 Nov 1996).

III. Secretário do Conselho – Vice-Presidente da FHE

- Gen. Div JOSÉ ANTONIO NOGUEIRA BELHAM - Decreto de 12 Abr 99 (DOU nº 69, de 13 Abr 1999).
- Gen Div Reserva Remunerada RICARDO BARBALHO LAMELLAS – Nomeado pela PRT/EX/MD nº 560, de 06 Jul 2010 (DOU 07 Jul 2010).

IV. Representante do Banco do Brasil S/A

- ANTÔNIO CÁSSIO SEGURA - Nomeado pela PRT/EX/MD nº 868, de 12 Nov 2009 (BE nº 45, de 13 Nov 2009).

V. Quatro Membros indicados pelo Comandante do Exército:

- Gen Div JORGE ERNESTO PINTO FRAXE – Nomeado pela PRT/EX/MD nº 868, de 12 Nov 2009 (BE nº 45, de 13 Nov 2009).
- Dr. JORGE LÚCIO ANDRADE DE CASTRO – Nomeado pela Portaria nº 868, de 12 Nov 2009 (BE nº 45, de 13 Nov 2009).

Existem duas vagas a serem preenchidas.

2.1.3 Regimento Interno ou Estatuto da Unidade de que trata o Relatório de Gestão:

- Portaria Comando do Exército nº 21, de 27 de janeiro de 2009 – Aprova o Estatuto da Fundação Habitacional do Exército (DOU nº 84, de 06 de Maio 2009).;
- Portaria Comando do Exército nº 1.041, de 26 de outubro de 2009 – Altera o § 4º do art. 7º do Estatuto da Fundação Habitacional do Exército, aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 021, de 27 de janeiro de 2009.

2.1.4 Código e Nome do Órgão, da Unidade Gestora (UG) e Gestões no SIAFI: Código do Órgão – 27201 – Código Gestão: 16201 (DCONT) – Código FHE: 168001.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

O processo estratégico da FHE é descentralizado e participativo, iniciando-se com a definição do Referencial Estratégico, que abrange um conjunto de fases onde são identificadas as declarações institucionais que consolidam a definição do seu negócio: a missão, visão, valores e os objetivos estratégicos. Essas declarações se fundamentam na Legislação Básica, Estatuto e demais normativos complementares, buscando estabelecer as linhas genéricas de atuação a serem seguidas pela alta administração e por seus empregados.

O planejamento estratégico da FHE é elaborado para um intervalo de quatro anos. São formuladas estratégias para períodos de curto, médio e longo prazo, no qual se busca o conhecimento do ambiente onde se encontra inserida a Instituição, para que as decisões tomadas minimizem as incertezas e gerem os resultados esperados. O plano estratégico permite revisões em função de ocorrências de fatos relevantes, tais como a mudança significativa do cenário interno e externo, formando, assim, processo contínuo na busca da eficiência estratégica.

Atualmente a gestão estratégica está sendo desenvolvida com base no ciclo estratégico 2008-2011, onde foi estabelecida a diretriz geral da Presidência, cujos negócios e atividades operacionais estão alinhados.

O Planejamento Estratégico Quadrienal é dividido em Objetivos e Metas e visa nortear as atividades pelo período de um ano. Esse instrumento é definido pela Diretoria e submetido à aprovação ao Conselho de Administração, de acordo com o previsto em Estatuto e demais normativos.

A missão da FHE, baseada na premissa de “*Promover melhor qualidade de vida aos seus Clientes, facilitando o acesso à casa própria e a seus produtos e serviços*”, direciona todos os programas de ação que serão desenvolvidos no âmbito interno e externo.

No ano de 2010, a FHE prosseguiu com a condução do modelo de gestão apoiada na tradicional trajetória de crescimento conservador, gradativo e constante.

O superávit líquido em 2010 foi de R\$ 197.842 mil, com crescimento de 4,93% em relação ao obtido em 2009, R\$ 188.540 mil. O superávit líquido do triênio 2008-2010 acumulou R\$ 561.612 mil. Neste período, as receitas auferidas totalizaram R\$ 1.289.164 mil, sendo que, deste volume, 83,82% referiam-se as rendas da carteira de Empréstimos Simples; foram registradas despesas totais de R\$ 727.551 mil, destacando: 46,09% com despesas administrativas, 22,52% com despesas sobre empréstimos e 22,97% com provisões operacionais para o risco de crédito.

O Patrimônio Social, ao final do exercício de 2010, alcançou R\$ 1.882.885 mil, apresentando crescimento de 11,74% em relação ao verificado no exercício anterior, R\$ 1.685.043 mil. O crescimento acumulado no triênio 2008-2010 foi de 42,51%; em dezembro de 2007 o Patrimônio Social era de R\$ 1.321.273 mil. O crescimento é basicamente resultante das receitas obtidas com: operações de crédito para pessoa física – Empréstimos e Financiamentos; prestações de serviços da FHE – seguros e consórcio; e comercialização de imóveis.

Em 31/12/2010, os ativos totais da FHE somavam R\$ 2.407.602 mil, apresentando aumento de 7,61% em relação a mesma posição no exercício anterior, R\$ 2.237.283 mil. A variação acumulada no triênio 2008-2010 foi de 60,17%, comparando-se o saldo dos ativos totais existente ao final de 2007, R\$ 1.503.151 mil. Dos ativos totais existentes ao final de 2010, 86,29% se referiam às operações de crédito (Financiamentos Imobiliários, Empréstimos Simples/Fardamento e Financiamento de microcomputadores).

No exercício de 2010, a FHE comemorou 29 anos, exercendo atividades voltadas exclusivamente para o atendimento do seu público-alvo.

A FHE dispõe de excelente performance nos seus produtos e serviços, dentre eles os empreendimentos habitacionais e financiamentos imobiliários; crédito pessoal; consórcios e várias modalidades de seguros. A diversificação do portfólio dos seus produtos e serviços permite direcionar para o perfil de seus beneficiários, oferecendo linhas de produtos em condições vantajosas, com fácil acesso, rapidez e credibilidade. Os resultados obtidos nos últimos anos foram favoráveis para FHE continuar cumprindo sua missão institucional. Em 2010, a Fundação, em sua finalidade social, promoveu ações visando oferecer aos seus clientes produtos com as melhores condições de prazo e taxas de juros. Para garantir a tranquilidade e a saúde do seu público-alvo e familiares continuou disponibilizando diversos ramos de seguro, em condições específicas (moldadas com exclusividade) e especiais, para beneficiar a Família Militar, em todo o Território Nacional.

Os preceitos da Responsabilidade Social estão presentes na política da FHE, com o incentivo às atividades culturais, educacionais, assistenciais, esportivas e de cunho social, tanto nas Organizações Militares como dos demais parceiros institucionais. Por intermédio do seu Comitê de Cidadania e de Responsabilidade Socioambiental, que tem a premissa de estimular a cidadania, a solidariedade e o respeito ao bem coletivo, é incentivado o aperfeiçoamento de práticas sociais e ambientais entre seus empregados, consistindo cultura de gestão organizacional.

A FHE produz empreendimentos voltados para o cumprimento de sua finalidade institucional de facilitar o acesso à casa própria aos militares, na busca constante por promover qualidade de vida desses clientes. Desde 1981, ano de criação, esta instituição construiu 138 empreendimentos habitacionais em todo o país, totalizando cerca de 8 mil unidades.

Em 2010, a FHE deu continuidade aos empreendimentos habitacionais iniciados em anos anteriores e lançou novos projetos de construção de unidades habitacionais em Brasília/DF e no Rio de Janeiro/RJ. Sempre bem localizados, os empreendimentos da FHE são inovadores e de qualidade, com a preocupação de proporcionar conforto e segurança aos moradores. Buscam, também, a valorização do equilíbrio dos aspectos ecológicos/ambientais, com a consciência de garantir que as gerações futuras tenham condições melhores que as atuais. A FHE tem o comprometimento de comercializar os imóveis a preços mais atrativos que a média praticada no mercado, cumprindo, assim, sua missão social. Os imóveis também podem ser vendidos aos funcionários civis das Forças Armadas, empregados da POUPEX e conveniados, com financiamento realizado pela POUPEX.

Em 2010, a FHE se destacou na concessão de financiamento imobiliário. Desempenho esse atribuído às excelentes condições de financiamento reunidas no Programa Casa Própria (PROCAP), voltado exclusivamente para os militares do Exército, bem como à adoção das modificações que melhoraram as condições do Programa Especial de Moradia (PEM), direcionado exclusivamente para praças das Forças Armadas. Com essas ações, a Fundação superou em 105,76% o valor do total dos financiamentos contratados em 2009, atingindo um montante de R\$ 170.465 mil, dos quais R\$ 79.255 mil na linha de Financiamento de Material de Construção e R\$ 91.210 mil nas linhas de Aquisição e Construção de imóveis nos Programas PROCAP e PEM, beneficiando 4.565 militares e pensionistas.

Com relação ao Crédito Pessoal, continuou com sua política de oferecer empréstimos com as melhores condições de taxas de juros e prazo, priorizando o atendimento aos integrantes das Forças Armadas. As carteiras de Empréstimo Simples, Micro Fácil e Empréstimo Fardamento encerraram o ano com 122.179 clientes, apresentando saldo de R\$ 1.911 milhões, com crescimento de 1,49% no volume de recursos.

Nas modalidades de consórcio, continuou empregando ações para melhorar a performance do produto, obtendo, assim, incremento no índice de retenção de clientes, significando melhoria na qualidade das vendas e da confiança do consorciado em relação ao Consórcio Nacional POUPEX. Em 31 de dezembro de 2010, a FHE registrava 52 grupos em andamento/formação com 15.530 cotas.

Em acréscimo aos bons resultados, o exercício de 2010 também foi marcado pela inauguração da nova sede da FHE, em Brasília-DF, dando conforto e proporcionando maior integração e segurança para clientes, parceiros e empregados

Para as contratações dos produtos e serviços, os clientes contam com a rede de atendimento da FHE: Escritórios Regionais; Postos de Atendimento; Central de Teleatendimento da FHE e PROSEG Corretora de Seguros. Até dezembro 2010, a FHE contava com 118 Pontos de Atendimento em todo o território nacional. No exercício, além de benfeitorias em várias unidades, foram inaugurados 16 Pontos de Atendimento com o objetivo de melhor atender aos clientes.

No aspecto da gestão integrada, prosseguiu desenvolvendo e aperfeiçoando seus processos organizacionais, resultando no aprimoramento dos normativos internos e das rotinas operacionais.

Na condução da sua gestão corporativa são utilizados instrumentos, como mapeamento de processos, treinamento permanente para seus empregados e incentivos constantes para a inovação. Suas atividades além de serem auditadas internamente, são submetidas à aprovação do Centro de Controle Interno do Exército e do Tribunal de Contas da União (TCU).

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

De acordo com o art. 3º da Lei n. 7.750, de 13.04.89, não são destinados à Fundação recursos orçamentários da União.

Assim, os objetivos e metas da Fundação Habitacional do Exército – FHE também não são previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e nem registrados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal (SIGPLAN).

A Fundação desenvolve programas, dentro de sua competência, principalmente voltados para o atendimento do seu público-alvo (militares das Forças Armadas), valendo-se de verbas orçamentárias aprovadas para o período, com recursos próprios ou oriundos de empréstimos junto à Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX.

Considerando que a FHE não estabeleceu, em seu Relatório de Gestão/2010, indicadores de desempenho, mas metas a atingir com definição de verbas orçamentárias, será feita a avaliação crítica dos resultados, estritamente com base na utilização dessas verbas no cumprimento dos objetivos e nas ações implementadas pela FHE no exercício de 2010.

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1 Habitacional

2.3.1.1.1 Objetivo: Promover o acesso à moradia, viabilizando a produção de Empreendimentos Habitacionais nas localidades onde haja demanda.

2.3.1.1.1.1 Projetos:

- Ampliar a produção de Empreendimentos Habitacionais.
- Produzir empreendimentos preferencialmente voltados a militares de menor poder aquisitivo, por meio do Programa Especial de Moradia – PEM.
- Comercializar as unidades relativas aos Empreendimentos Habitacionais
- Efetivar a venda de terrenos adquiridos pela FHE e/ou obtidos por Remanejamentos Patrimoniais.
- Adquirir terrenos para a construção de Empreendimentos.

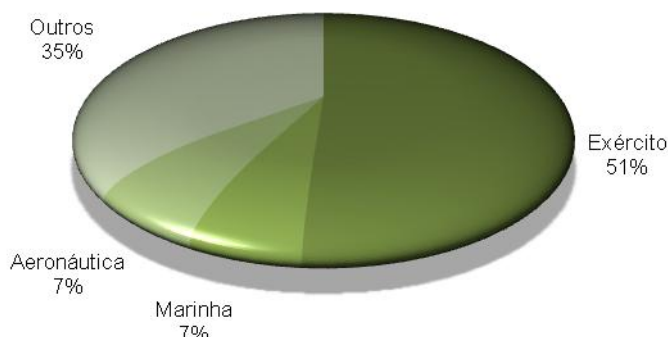
2.3.1.1.1.2 Ações:

- Produzir empreendimentos habitacionais, identificados em pesquisa de demanda. Com orçamento de R\$ 52 milhões para o exercício de 2010, previstos para investir nas obras em andamento e início de novos projetos.
- Adquirir terrenos para construção de empreendimentos habitacionais, em localidades identificadas em pesquisa de demanda, com verba orçamentária de R\$ 21,3 milhões prevista para o exercício de 2010.
- Vender os terrenos adquiridos pela FHE e/ou obtidos por Remanejamentos Patrimoniais, com previsão de entrada de recursos no volume de R\$ 37,7 milhões em 2010.
- Comercializar as unidades relativas aos Empreendimentos Habitacionais, com previsão de entrada de recursos no montante de R\$ 6 milhões.

2.3.1.1.1.3 Resultados alcançados:

- a) Foram utilizadas 58% da verba orçamentária para produção de empreendimentos habitacionais em 2010, com o investimento de R\$ 30 milhões. Alguns projetos previstos para serem iniciados em 2010 foram estrategicamente adiados para 2011, sendo o principal fato que influenciou a não utilização da verba. A seguir destacam os principais projetos em andamento:
- Empreendimento Portal dos Lírios – Praça Perdiz – Águas Claras, Brasília/DF – a obra foi iniciada em janeiro/2008. Em dezembro/2010 as obras estavam com 94% concluídas, e previsão de entrega das unidades no primeiro semestre de 2011. Todas as 168 unidades habitacionais foram vendidas, com a seguinte distribuição:

**Portal dos Lírios
Distribuição das Vendas por Segmento**



- Empreendimento Portal das Américas – Recreio dos Bandeirantes – Rio de Janeiro/RJ – Empreendimento composto por duas torres totalizando 128 apartamentos. Em abril/2009, foi iniciada a obra com previsão de entrega para 1º semestre/2011 e início da comercialização. Em dezembro de 2010, o empreendimento estava com 84% das obras concluídas.
 - Elaboração dos projetos para construção de edifício residencial no terreno da SQNW 111-D em Brasília/DF, totalizando 48 unidades habitacionais de 4 quartos, com aproximadamente 150 metros quadrados cada. A obra está prevista para iniciar em 2011.
 - Elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia, objetivando a construção de empreendimento habitacional composto por 302 apartamentos no terreno localizado na esquina das Avenidas Araucárias e Pau Brasil, Lote 11, em Águas Claras, Brasília/DF.
- b) Para aquisição de terrenos para produção de empreendimentos habitacionais foram utilizadas 15,49% da verba orçamentária. Os R\$ 3,3 milhões foram investidos com as aquisições de terrenos em Porto Alegre/RS e produção de projetos de arquitetura e engenharia. Outras aquisições foram adiadas, encontrando-se em processo de análise de viabilidade.
- c) As vendas de imóveis da FHE previstas para ocorrer em 2010 não aconteceram. A entrada de recursos no montante de R\$ 3,35 milhões, cerca de 9% do orçado para o ano, foi relativa à parcela da venda do terreno de Morro do Farol - Osasco/SP. A comercialização dos outros terrenos que estavam previstos 2010 foi adiada.
- d) Em 2010, a FHE concluiu as vendas dos empreendimentos Villa POUPEX I em Manaus/AM e do Portal dos Lírios, em Brasília/DF. Além desses, comercializou 92 apartamentos e 2 unidades comerciais do Empreendimento Habitacional Península em Águas Claras, Brasília/DF. Com as vendas de unidades habitacionais, houve entrada de recursos no volume de R\$ 9,8 milhões, superando em 63,33% o orçado para o ano.

2.3.1.1.2 Objetivos: Promover o acesso à moradia, Oferecendo Programas, Fundos e/ou linhas de crédito que viabilizem, principalmente aos militares da ativa de menor poder aquisitivo do Exército, a aquisição ou construção de imóvel, a compra de terrenos e/ou aquisição de material para a construção, buscando a maximização do retorno.

2.3.1.1.2.1 Projetos:

- Conceder financiamentos imobiliários em suas diversas linhas, dando prioridade aos militares do Comando do Exército.
- Administrar o retorno do crédito concedido, com objetivo de buscar redução do índice de inadimplência.

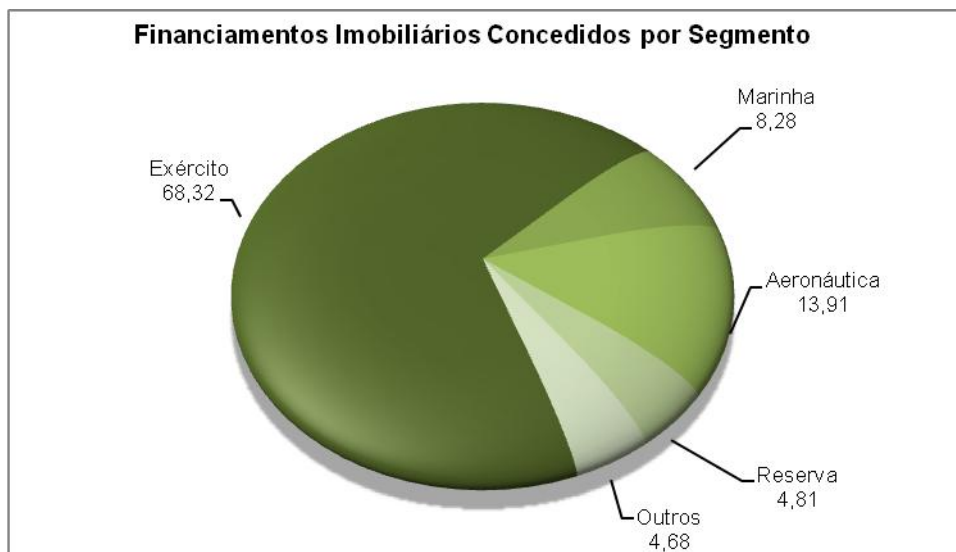
2.3.1.1.2.2 Ações:

- Incrementar o volume de concessões de financiamentos imobiliários, com orçamento para liberação de recursos no volume de R\$ 91 milhões, com a seguinte distribuição:
 - . R\$ 12 milhões para Programa Especial de Moradia – PEM. Linha especial destinada a militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, até a graduação de Subtenente ou Suboficial e seus respectivos pensionistas.
 - . R\$ 25 milhões para Programa Casa Própria – PROCAP. Linha especial que atende as necessidades de moradia dos militares de carreira do Exército e de seus respectivos pensionistas;
 - . R\$ 54 milhões para Aquisição de material de construção. Linha Destinada à aquisição de material de construção para reforma, ampliação ou construção de imóveis;
- Rever a política de renegociação dos contratos desequilibrados em função da legislação vigente.

2.3.1.1.2.3 Resultados alcançados:

- a) A FHE liberou R\$ 170 milhões para atender as demandas por financiamentos imobiliários, foram liberados 86,81% a maior em relação a meta prevista para 2010. Os recursos foram assim distribuídos:
- . R\$ 5 milhões para Programa Especial de Moradia – PEM.
 - . R\$ 86 milhões para Programa Casa Própria - PROCAP;
 - . R\$ 79 milhões para Aquisição de material de construção;

Ao todo, foram beneficiados 4.565 militares e pensionistas das Forças Armadas. O objetivo de atender, prioritariamente, a família militar foi atingido, conforme demonstra o gráfico a seguir.



- b) No âmbito da recuperação do crédito, a FHE adotou novas regras para renegociação contratual visando corrigir os desequilíbrios econômico-financeiros originados pelos diversos planos econômicos. Estas inovações estabeleceram condições exclusivas para a categoria de militares do Exército Brasileiro.

2.3.1.2 Demandas Institucionais

2.3.1.2.1 Objetivo: Atender as demandas institucionais do Comando do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da comunidade em geral, apoiando as atividades culturais, assistenciais e de cunho social.

2.3.1.2.1.1 Projeto:

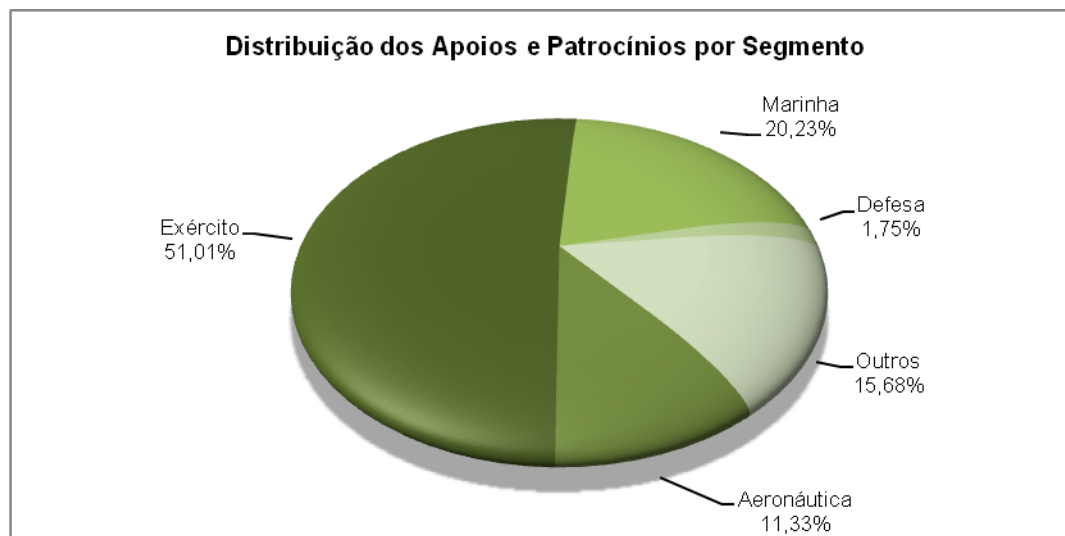
- Responsabilidade Social: Conceder Patrocínios/Apoio Social e Cultural.

2.3.1.2.1.2 Ações:

- Utilizar 3% do total da receita obtida no último exercício anterior (2009), para atender as demandas institucionais do Comando do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da comunidade em geral, apoiando atividades culturais, assistenciais e de cunho social. Contando com o apoio do Comitê de Cidadania e de Responsabilidade Socioambiental da FHE.

2.3.1.2.1.3 Resultados alcançados:

- Em 2010, a FHE continuou cumprindo seu papel institucional de responsabilidade social, revertendo parte de sua renda para apoiar ou patrocinar projetos culturais, esportivos ou sociais patrocínios das diversas Organizações Militares, de outras instituições ou da sociedade em geral. Foram destinados R\$ 16.390 mil para eventos e projetos dessa natureza, o correspondente a 3,62% da receita total auferida em 2009, superando a meta de 2010 em cerca de 20%. Deu-se prioridade ao atendimento das demandas dos segmentos militares, conforme demonstra o gráfico a seguir.



2.3.1.2.2 Objetivo: Atender a demandas institucionais do Comando do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da comunidade em geral, oferecendo seguros de vida e/ou acidentes pessoais, gratuitamente, aos menores assistidos por programas sociais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, alunos em formação (CPOR/NPOR, Colégios Militares e Fundação Osório) e para os que ingressam no Serviço Militar Obrigatório (Cabos e Soldados).

2.3.1.2.2.1 Projetos: Custear os Seguros para os beneficiados com o programa, nas respectivas modalidades.

2.3.1.2.2.2 Ações:

- Responsabilidade Social: Continuar oferecendo seguros de vida e/ou acidentes pessoais, gratuitamente, aos: menores assistidos por programas sociais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica; alunos em formação (CPOR/NPOR, Colégios Militares e Fundação Osório); e para os que ingressam no Serviço Militar Obrigatório (Cabos e Soldados). A previsão da despesa orçamentária para atender esse público, no exercício de 2010, é de R\$ 520 mil, prevendo dar segurança e tranquilidade para cerca de 91,5 mil jovens brasileiros, com a seguinte distribuição:
 - R\$ 6 mil com seguros de acidentes pessoais para 5,5 mil menores assistidos por programas sociais do Exército, durante o período em que permanecerem vinculados a esses programas;
 - R\$ 22 mil com seguros de acidentes pessoais para 15,3 mil alunos de Colégios Militares, durante todo o período em que permanecerem na condição de Alunos de Colégios Militares;
 - R\$ 492 mil com seguros de Vida em Grupo para 70,7 mil Alunos de CPOR/NPOR do Exército, durante todo o período do curso, e para os Conscritos, durante o período da prestação do Serviço Militar Inicial.

2.3.1.2.2.3 Resultados alcançados:

- No exercício de 2010, como parte da política de apoio aos programas sociais das Forças Armadas, a FHE custeou seguros pessoais – acidentes pessoais e vida em grupo – com a despesa total de R\$ 529,1 mil, 1,75% acima da previsão orçamentária e um número maior de 109.554 cidadãos brasileiros segurados, assim distribuídos:
 - 4.750 jovens assistidos por programas sociais do Exército e da Aeronáutica, com despesa de R\$ 3,2 mil;
 - 15.445 alunos de Colégios Militares, com despesa de R\$ 21,4 mil;
 - 89.359 militares entre Cabos, Soldados e Alunos de CPOR e NPOR do Exército, com despesa de R\$ 504,5 mil.

2.3.1.3 Produtos e Serviços

2.3.1.3.1 Objetivo: Oferecer soluções em produtos e serviços que promovam qualidade de vida, concedendo crédito pessoal ao público-alvo em condições diferenciadas de prazo, preço e agilidade de atendimento.

2.3.1.3.1.1 Projetos:

- Conceder Empréstimos Pessoais nas carteiras de Simples, Fardamento e Micro Fácil;
- Continuar investindo na recuperação de créditos.

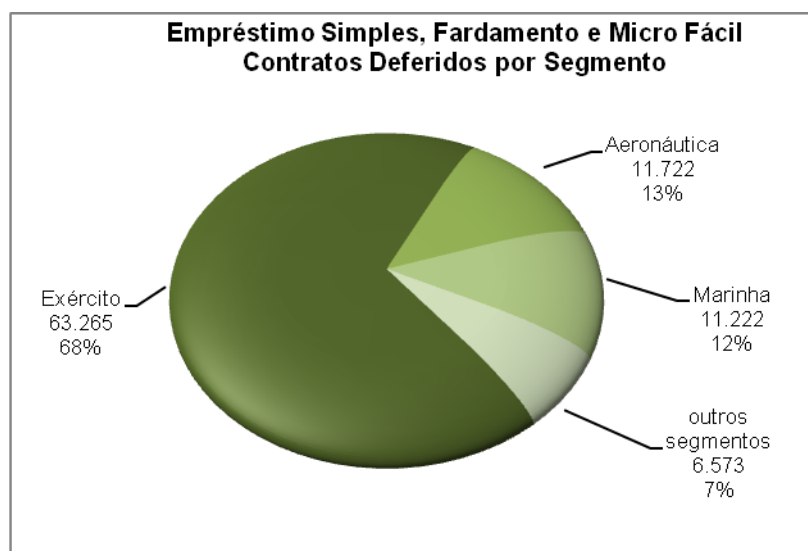
2.3.1.3.1.2 Ações:

- Acompanhar o incremento nas vendas da carteira de empréstimo pessoal: Simples, Fardamento e Micro Fácil, com previsão orçamentária para liberações de recursos no volume de R\$ 894 milhões, prevendo crescimento de 13% no saldo da carteira, em relação à posição registrada em 31/12/2009, que foi de R\$ 1.883 milhões;
- Acompanhar a inadimplência da Carteira de Empréstimo;

2.3.1.3.1.3 Resultados alcançados:

- Em 2010, a FHE continuou com sua política de oferecer empréstimos com as melhores condições, priorizando o atendimento aos integrantes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). Os participantes do produto Fundo de Apoio à Moradia (FAM) continuaram contando com taxas diferenciadas na aquisição do crédito, consideradas dentre as mais competitivas do mercado.
- Na carteira de empréstimos pessoal (Simples, Fardamento e Micro Fácil), a FHE formalizou 92.782 contratações durante o ano de 2010, sendo que 92,92% dessas operações foram destinadas ao atendimento do segmento militar, e 7,08% para outros segmentos. Atingiu-se 86% da meta de liberações de recursos nas carteiras de empréstimo da FHE (R\$ 843 milhões), sendo que foram liberados R\$ 722 milhões, apresentando redução de 9,75% em relação ao volume realizado no exercício de 2009.

- Em 31 de dezembro de 2010, a carteira contava com 122.179 contratos ativos e saldo de R\$ 1.911 milhões, considerando as 3 linhas de crédito, apresentando aumento de 1,49% em relação ao mesmo período do exercício anterior, ou seja, abaixo da meta de crescimento 13% prevista para o período. Fatores de mercado não foram favoráveis à expansão da carteira.
- Os maiores tomadores continuaram sendo os militares do Exército, conforme demonstrados no gráfico a seguir.



- Em dezembro 2010, o índice de inadimplência das três linhas de crédito consignado da FHE (pessoa física) foi de 1,59% em quantidade de contratos e de 1,50% em volume de recursos. Continuou-se adotando medidas para a gestão responsável dos seus recursos, controlando esses indicadores.

2.3.1.3.2 Objetivo: Oferecer soluções em produtos e serviços que promovam qualidade de vida, oferecendo opções de Seguros diversos buscando propiciar condições diferenciadas ao público preferencial.

2.3.1.3.2.1 Projetos:

- Incrementar as vendas de seguros em todas as modalidades oferecidas pela FHE;
- Tornar o FAM - Fundo de Apoio à Moradia mais competitivo;

2.3.1.3.2.2 Ações:

- Incrementar as carteiras do FAM e do Decessos em 2% em relação a posição de 31/12/2009, prevendo 235.812 participantes no FAM e 214.530 no Seguro Decessos;
- Incrementar as vendas do Seguro Auto em 8% em relação às realizadas em 2009, referentes a seguros novos, ou seja, vender 6.944 novas apólices em 2010;
- Incrementar as vendas do Seguro Odontológico em 20% em relação às realizadas em 2009.

2.3.1.3.2.3 Resultados alcançados:

- Consciente de sua missão institucional, a FHE continuou oferecendo seguro em diversos ramos, buscando garantir a tranquilidade e a saúde do seu público-alvo e familiares. Na condição de administradora e estipulante de apólices, a FHE disponibiliza diversos ramos de seguro, em condições específicas (moldadas com exclusividade), garantindo excelentes condições de relação “prêmio x capital segurado”, para beneficiar a Família Militar, em todo o Território Nacional.
- Posição dos Seguros em 31/12/2010:
 - . o FAM registrava 229.296 participantes, apresentando redução de 1.894 participantes em relação à mesma posição de 2009. Com isso, o índice de variação da quantidade de participantes ficou negativo em 0,82%, a FHE esperava ampliar em 2% a carteira em 2010; O Fundo de Apoio à Moradia estava composto por: 70,87% de militares e pensionistas do Exército; 11,96% da Marinha e 13,10% da Aeronáutica. Os demais segmentos conveniados representavam 4,07% do total da carteira. O FAM teve
 - . o Seguro Decessos contava com 211.132 participantes titulares e agregados, apresentando incremento de 0,38% em relação à mesma posição registrada em 2009 (210.324 participantes), o que corresponde a um aumento de 808 segurados, a meta previa atingir ;
 - . o Seguro Auto FHE contava com 12.908 veículos segurados, apresentando redução de 5,15% em relação à mesma posição no exercício anterior. As vendas tiveram queda de 25,86% em 2010, registrando 4.767 novas apólices de seguros auto, em 2009 foram vendidas 6.430 apólices. A meta para 2010 era de aumento de 8% em relação às realizadas em 2009, ou seja, 6.944 apólices. O índice de renovação dos contratos ficou em 70,23%;
 - . o Plano Odontológico, com dois anos de lançamento, contava com 11.473 participantes, apresentando crescimento de 59,30% em relação a 2009. Foram registrados 5.196 novos contratos desta modalidade. A Fundação esperava vender 7.798 novos seguros em 2010;
 - . a carteira ainda contava com 36.297 pessoas protegidas com os seguros prestamistas e habitacional, para estes não foram definidas metas quantitativas.
- Nada obstante as metas físicas de vendas e de incremento das carteiras não terem sido cumpridas, considerou-se que todos os seguros oferecidos cumpriram os objetivos estratégicos, ao garantir a tranquilidade de uma parcela significativa de militares das Forças Armadas. Apenas no FAM, em 2010, o volume de indenizações pagas atingiu R\$ 180,2 milhões. No período foram avisados 3.106 processos de sinistros de segurados do FAM, distribuídos conforme tabela:

Distribuição das Indenizações FAM em 2010 por segmento

Segmento	Sinistros Avisados	
	Em quantidade	Em R\$ mil
Exército	2.353	136.691
Marinha	354	20.003
Aeronáutica	311	19.932
Outros	88	3.619
Total	3.106	180.245

2.3.1.3.3 Objetivo: Oferecer soluções em produtos e serviços que promovam o acesso à moradia e qualidade de vida, por meio das modalidades oferecidas pelo Consórcio Nacional POUPEX, buscando propiciar condições diferenciadas ao público preferencial.

2.3.1.3.3.1 Projetos:

- Oferecer consórcios nos segmentos Imóveis, Móvel e Serviços.

2.3.1.3.3.2 Ações:

- Ampliar a base de consórcio, com vendas de cotas no volume de R\$ 231.259 mil;
- Realizar pesquisa de mercado entre os consorciados para medir o nível de satisfação, a fim de aperfeiçoar os processos internos.

2.3.1.3.3.3 Resultados Alcançados:

- As ações empregadas para melhorar o desempenho do produto permitiram, no ano de 2010, incremento no índice de retenção de clientes, significando melhoria na qualidade das vendas e da confiança do consorciado em relação ao Consórcio Nacional POUPEX. Em 31 de dezembro de 2010, a FHE registrava 52 grupos em andamento/formação com 15.530 cotas, apresentando crescimento de 15,38% em relação ao mesmo período de 2009. Foram registradas vendas de cotas no volume de R\$ 145.179 mil, atingindo 62,78% da meta para 2010 (R\$ 231.259 mil).
- Em 2010, foi realizada pesquisa entre 1.538 pessoas para avaliar a percepção do cliente quanto ao atendimento no momento da adesão no consórcio. O resultado confirmou o contentamento desses clientes com o atendimento prestado pela FHE nos processos de aquisição e pós-venda do Consórcio Nacional POUPEX, as respostas dos entrevistados ficaram assim distribuídas: 85% consideraram “muito bem atendido”, 14% “bem atendido” e 1% mal atendido.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

De acordo com o art. 3º da Lei 7.750/89 “À Fundação Habitacional do Exército – FHE não serão destinados recursos orçamentários da União”. Não foram pactuadas metas físicas em 2010.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

De acordo com o art. 3º da Lei 7.750/89 “À Fundação Habitacional do Exército – FHE não serão destinados recursos orçamentários da União”. Seus recursos financeiros não são previstos na Lei Orçamentária Anual.

3 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

Não se aplica, tendo em vista o que prevê o art 3º, da Lei 7.750, de 13 de abril de 1989, que amplia as atividades da FHE, nos seguintes termos: “Art 3º. À *Fundação Habitacional do Exército – FHE* não serão destinados recursos orçamentários da União.”

4 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Não se aplica, pois a FHE não possui restos a pagar de exercícios anteriores.

5 Informações sobre Recursos Humanos da Unidade.

A Composição da Diretoria da FHE é definida pelo art. 8º de seu Estatuto, na qual integram: Presidente, Vice-Presidente e cinco Diretores; todos nomeados pelo Comandante do Exército. A FHE possui em seu quadro de pessoal apenas um servidor público federal da ativa cedido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Assim, o quadro funcional da Fundação Habitacional do Exército, em 31/12/2010, estava composto por 8 empregados.

Para consecução de suas atividades, a FHE utiliza parte do quadro de pessoal da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX – conforme o § 2º, do art 1º, da Lei 6.855/1980 e o art 2º de seu Estatuto, a FHE é gestora da POUPEX. Em contrapartida, a FHE realiza repasse mensal de recursos, a título de ressarcimento, à APE/POUPEX, correspondente a 64,59% da folha de pagamento da Associação. Segundo o art 45, do Estatuto da APE/POUPEX, seus empregados serão remunerados apenas pela Associação, mesmo que no desempenho de suas funções exerçam atividades na FHE. Cabe ressaltar que a APE/POUPEX é fiscalizada pelo Banco Central do Brasil e é submetida à auditoria independente. Em 31/12/2010, o repasse de recursos atingiu o montante de R\$ 83.599 mil. Este repasse refere-se a rateio da Despesa de Remuneração por Custo de Pessoal da APE/POUPEX, referente aos 1.301 empregados, que executam trabalhos relacionados a produtos e serviços da FHE e da POUPEX.

6 Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência. (Quadro a seguir)

Conforme tabelas a seguir, serão demonstradas as transferências recebidas pela FHE a título de remanejamento patrimonial, que são operações decorrentes de permutas de terrenos – de propriedade da União Federal, jurisdicionados ao Exército – por obras e serviços de engenharia contratados pela Fundação e entregues ao Exército, como contrapartida.

6.1 Transferências efetuadas no exercício**QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA** Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE									
CNPJ: 00.643.742/0001-35					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	0412500	00.394.452/0269-19	14.949.850,35	11.100.000,00	79.290,80	15.048.742,22	01/11/2004	01/11/2009	1
1	0511800	00.394.452/0269-19	5.100.000,00	5.064.656,79	0,00	5.262.934,17	20/12/2005	20/12/2010	2
1	0604600	00.394.452/0269-19	14.300.000,00	10.000.000,00	880.585,98	9.426.191,25	01/06/2006	01/06/2011	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Gerência de Patrimônio da FHE

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE					
CNPJ: 00.643.742/0001-35			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	03	34.349.850,35	29.737.867,64	3.615.696,05	86,57
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	03	34.349.850,35	29.737.867,64	3.615.696,05	86,57

Fonte: Gerência de Patrimônio da FHE

6.2 Análise Crítica

O Convênio de nº 0511800 foi considerado inadimplente em razão de a Fundação Habitacional do Exército ter cumprido todas as obrigações ajustadas e, até a presente data, não ter recebido o terreno, objeto do mencionado convênio.

O Convênio de nº 0412500 não foi concluído dentro do prazo de vigência uma vez que o Exército não definiu, ainda, todas as demandas de obras e serviços necessárias para a extinção dos recursos. A celebração de aditivos ao termo de ajuste é consequência de iniciativas do próprio Exército.

Os recursos, relativos aos instrumentos que vigerão em 2011 e seguintes, serão repassados em pelos menos três exercícios, 2011, 2012 e 2013.

7 Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

- Não se Aplica.

8 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

- Em cumprimento à disposição contida no art. 1º da Lei 8.730, de 10 de novembro de 1993, a FHE solicita dos agentes constantes do Rol de Responsáveis a entrega da cópia da Declaração de Bens e Rendas, as quais são arquivadas na Gerência de Pessoal desta Fundação ficando à disposição dos controles interno e externo. Em conformidade com o prazo fixado pela Secretaria da Receita Federal, as Declarações relativas ao exercício de 2010 serão entregues até 30 de abril de 2011.

9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				■	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			■		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			■		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					■
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			■		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				■	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					■
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					■
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				■	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					■
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			■		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		■			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e		■			

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					
Considerações gerais:					
<p>1) A FHE tem implementado um Sistema de Controles Internos, que prevê a atuação integrada de quatro áreas, com atribuições que podem permitir à Instituição identificar eventos que se configurem como Risco Operacional e que, portanto, sejam merecedores de tratamento específico.</p> <p>2) O Sistema de Controles Internos é constituído pela Consultoria Técnica e de Planejamento, responsável pelo mapeamento de processos operacionais e pela gestão dos documentos formais da FHE, pela Ouvidoria, responsável por manter relacionamento com os clientes e por dar tratamento às questões por eles levantadas, pela Auditoria Interna, que tem a incumbência de avaliar a efetividade dos procedimentos de controles internos e riscos implementados pelas unidades gestoras, e pela Coordenadoria de Riscos e Controles Internos, que coordena a atuação desse Sistema integrado.</p> <p>3) Os quesitos constantes deste quadro foram analisados e respondidos pela Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, que considerou a realidade de atuação do Sistema de Controles Internos instalado no âmbito da Instituição.</p>					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
contexto da UJ.					

9.2 Resposta ao quadro a.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ

• Ambiente de Controle

1. Consta instalado no âmbito da Organização um órgão específico para tratar dos assuntos relacionados aos Controles Internos e Riscos, sob a denominação Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI.

Pelo item 2.b, da Deliberação de Diretoria POUPEX Nº 032/2006, de 26/12/2006, foi formalizada a criação dessa área, com vigência a partir de 1/8/2007, cujas atribuições estavam previstas para abranger inicialmente as operações da POUPEX para, em seguida, alcançar as vinculadas à FHE.

Essa extensão ocorreu de fato já no exercício de 2007, tendo a CORCI enviado correspondência à AUDIT quanto ao melhor tratamento contábil para determinada operação conduzida pela FHE, havendo continuidade nos exercícios seguintes.

Os procedimentos adotados para a POUPEX são igualmente transportados para as atividades da FHE, como Empréstimo Simples, Consórcio e Empreendimentos principalmente, estando prevista a atuação do Sistema de Controles Internos, em que há a condução de trabalhos, de forma integrada, por quatro áreas, sendo Auditoria Interna, Consultoria Técnica e de Planejamento, responsável pelo mapeamento de processos, Ouvidoria, responsável pelo relacionamento operacional com os clientes, e a própria CORCI, como coordenadora do funcionamento desse Sistema.

Por fim, consta aprovada pelo Conselho de Administração uma Política de Controles Internos, catalogada no Sistema de Gestão de Documentos – DocNix, sob o código MANORFHE02-002-V.1.

Há carência, no entanto, quanto à mensuração da aplicabilidade das questões de controles internos, o que dificulta entender como plenamente atendido e satisfeito o ambiente de controles internos na Instituição.

Avaliação – (4)

2. A FHE tem a POUPEX como o principal prestador de serviço, conforme previsto no Art. 44 do Estatuto daquela Associação de Poupança e Empréstimo. Dessa forma, a estrutura desenvolvida para o tratamento dos aspectos de Controles Internos na POUPEX é igualmente disponibilizada para a FHE. Carece, no entanto, de maior abrangência dos trabalhos da CORCI vinculados à Fundação.

Avaliação – (3)

3. A comunicação ocorre sistematicamente, quando da atuação específica em trabalhos, oportunidade em que os empregados percebem o nível de assessoramento disponibilizado pelas áreas que formam o Sistema de Controles Internos.

No entanto, não há ainda pleno entendimento pelos empregados quanto à necessidade, extensão, importância e possibilidade de contribuição dos controles internos às operações da Instituição

Avaliação – (3)

4. Há Código de Ética formalizado no Sistema de Gestão de Documentos – DocNix, cadastrado sob o código MANORFHE01-011-V.O., disponível para consulta a todos os empregados da Instituição.

Avaliação – (5)

5. A Instituição dispõe de Cartilha contemplativa da atuação do Sistema de Controles Internos, em que possibilita aos empregados percepção quanto à respectiva participação no contexto do ambiente de controle da FHE.
A atuação dos controles internos, no entanto, carece de maior interação dos empregados nos assuntos correlatos.
Além disso, procedimentos formais necessitam de atuação ainda mais integrada das quatro áreas que formam o Sistema de Controles Internos, e seria importante haver a implementação dos indicadores/sinalizadores de desempenho, a partir de base de dados unificada.
Avaliação – (3)
6. Internamente, no âmbito da CORCI, responsável pela coordenação do Sistema de Controles Internos, o nível de comunicação é adequado e os assuntos são tratados de forma abrangente, de forma a permitir nivelamento de conhecimento dos assuntos pertinentes a Controles Internos e Riscos. Há, porém, a necessidade de intensificar ainda mais a abordagem quanto à dinâmica dos controles internos, permitindo que todos compreendam a contribuição gerada para a área e para a Instituição.
Avaliação – (4)
7. A Instituição conta com o sistema, devidamente aprovado, de Alçadas e Competências decisórias, disponível no Sistema de Gestão de Documentos. Essas alçadas e competências são previstas pela parametrização do Sistema de Pagamentos, em que determinados eventos só podem ser aprovados pelos níveis estipulados e previstos.
Assim como informado anteriormente, os empregados da POUPEX são destinados a realizar atividades vinculadas às operações da FHE, conforme previsto em Estatuto, e esses empregados são regulados por um Plano de Cargos, Carreira e Salários – PCCS em que constam discriminadas as atribuições e são definidas as respectivas responsabilidades dos cargos e funções.
Avaliação – (5)
8. Assim como informado para o item anterior, o PCCS, em que são definidas atribuições para áreas, cargos e funções, combinado com o Sistema de Alçadas e Competências, constitui-se em estrutura suficientemente adequada para confirmar a existência de segregação de funções na Instituição.
Além disso, o próprio Estatuto da Instituição prevê o nível de responsabilidade, de forma decrescente, quanto à atuação do Conselho de Administração, da Diretoria, do Presidente, do Vice-Presidente e de cada um dos Diretores, impedindo que haja sobreposição ou inoperância de caráter operacional ou administrativa.
Avaliação – (5)
9. Os controles internos na FHE constituem-se em procedimentos evidenciados pela atuação das áreas que formam o Sistema de Controles Internos, cujos resultados de seus trabalhos contribuem para o aperfeiçoamento dos processos operacionais conduzidos pelas unidades gestoras. Nesse momento, por exemplo, encontra-se em andamento o mapeamento dos processos operacionais que se vinculam à principal operação de crédito conduzida pela Instituição.
Há, no entanto, espaço para que os trabalhos e respectivos resultados sejam ainda mais divulgados e utilizados, o que contribuiria de forma significativa para melhor aproveitamento dos recursos (não só financeiros) disponíveis.
Avaliação – (4)
- **Avaliação de Risco**
10. A Instituição conta com missão e objetivos devidamente definidos, constantes do Planejamento Estratégico.
Avaliação – (5)

11. A Instituição conta com atuação de uma área de consultoria para realização de mapeamento de processos operacionais, no sentido de permitir visualização de eventuais pontos críticos que mereçam tratamento sob o aspecto de Risco Operacional.
No momento encontra-se em fase de conclusão mapeamento de processo vinculado à principal operação conduzida pela Instituição.
Avaliação – (3)
 12. A CORCI possui procedimentos relacionadas ao monitoramento e acompanhamento do Risco Operacional, a partir da participação em trabalhos de mapeamento de processos e do tratamento das ocorrências registradas pela Ouvidoria da Instituição.
No entanto, ainda não há atuação sistemática que evidencie a avaliação de fatores de riscos nas operações, a ponto de permitir, de forma institucionalizada, a adoção de medidas alternativas de mitigação.
Avaliação – (2)
 13. Apesar de haver acompanhamento das operações, principalmente em função dos Relatórios Trimestrais da Auditoria Interna, da Ouvidoria e da participação no mapeamento de processos, não há definição explícita de limites de risco toleráveis e dos respectivos procedimentos de tratamento dos riscos identificados.
Avaliação – (2)
 14. A estrutura de gerenciamento de risco, apesar de implantada, não tem atuação definitiva nos negócios da Instituição, estando carente de análises formais de identificação e mensuração de fatores de riscos.
Avaliação – (2)
 15. Mesma consideração atribuída ao item anterior.
Avaliação – (2)
 16. Não consta histórico formal de ocorrência de fraudes e perdas no âmbito da Instituição.
Avaliação – (2)
 17. Ocorre o tratamento de situações que se apresentem merecedoras de apuração, no sentido de levantar responsabilidades e indicar as ações corretivas correspondentes, mas esse tratamento não está formalizado por normativos e nem consta estrutura específica para providenciar os procedimentos cabíveis, quando se fazem necessários.
Avaliação – (2)
 18. Os manuais da Instituição preveem procedimentos para guarda, estoque e inventário, havendo formalização das ações e rotinas a serem observadas pelas áreas correspondentes.
Avaliação – (5)
- **Procedimentos de Controle**
19. Não consta estabelecido política de riscos para a FHE.
Avaliação – (1)
 20. A Instituição elabora Planejamento Estratégico para direcionar suas atividades a longo prazo, recebendo ajustes que se façam necessárias ao longo de sua vigência, procurando alinhar a FHE às situações que exijam atualização de visão e estratégia.
Avaliação – (5)
 21. A Instituição possui uma área responsável pela coordenação do Sistema de Controles Internos, cujos procedimentos são equiparados àqueles desenvolvidos para atender à POUPEX, fazendo com que os custos vinculados às atividades de controles internos sejam diluídos entre as Instituições, mantendo-se adequados e justificados na relação custo x benefício.

Avaliação – (5)

22. As atividades de controle são norteadas pela atuação do Sistema de Controles Internos, cuja atuação é mais abrangente na POUPEX. Em relação à FHE, há ainda a necessidade de maior alcance quanto à atuação desse Sistema para que haja a possibilidade de implementação de ações mais tempestivas no tratamento de eventos.

Avaliação – (3)

• **Informação E Comunicação**

23. Há ainda carência na efetividade dessa ação, apesar de a Auditoria Interna disponibilizar trimestralmente relatórios à Administração Superior, o que permite acompanhamento dos trabalhos conduzidos.

Não há discussão formal acerca dos apontamentos da Auditoria Interna, mas as pessoas interessadas são informadas.

Avaliação – (2)

24. Mesmas considerações relacionadas ao item anterior, principalmente em função da não existência de atividades que evidenciem a efetivação de discussões pelos níveis diretivos, para fins de controles internos e riscos.

Considere-se, porém, que mensalmente são apresentados à Diretoria o resultado contábil auferido pela Instituição, bem como traçado paralelo entre orçado e realizado.

Avaliação – (3)

25. Valem as considerações relacionadas aos itens anteriores, ressaltando a apresentação formal e mensal dos resultados alcançados pela Instituição.

Parte das atividades desenvolvidas pela Instituição é processada por planilhas eletrônicas – Excel – cujos dados não são condensados em base unificada de dados, impossibilitando a alimentação de indicadores de desempenho e o fornecimento de informações gerenciais mais abrangentes e tempestivas ao corpo diretivo.

Avaliação – (3)

26. A Instituição disponibiliza informações gerenciais no Sistema Mapper, desenvolvido para processar e armazenar dados relacionados às principais operações conduzidas pela FHE.

No entanto, considerando a necessidade de desenvolvimento de um banco de dados unificado e, por conseqüência, a elaboração de indicadores de desempenho que possibilitem monitoramento dos processos operacionais, o nível das informações disponibilizadas mostram-se ainda limitadas em relação ao potencial e oportunidade.

Avaliação – (3)

27. Considerando os comentários relacionados ao item anterior, não há plena divulgação, entre todos os níveis da organização, das informações gerenciais relacionadas às operações da Instituição.

Os integrantes da Administração Superior têm acesso aos dados gerenciais, mas as áreas de controles e riscos não contam com ferramentas formais e aparelhadas que lhes permitam monitorar todos os processos operacionais.

Avaliação – (3)

• **Monitoramento**

28. O Sistema de Controles Internos, apesar de implementado, tem atuação mais efetiva no âmbito da POUPEX, carecendo de maior nível de detalhamento e de atuação vinculados às operações da FHE.

Apesar de participar de trabalhos de mapeamento de processos e de contemplar a emissão de relatórios trimestrais de Auditoria Interna, não há, ainda, trabalho formal de avaliação quanto à efetividade desse Sistema no âmbito da FHE.

Avaliação – (2)

29. O Sistema de Controles Internos no âmbito da FHE não vem sendo avaliado formalmente, o que impede a avaliação quanto à sua adequação às necessidades da FHE.

Avaliação – (2)

30. Não há ainda metodologia que permita qualificar o nível de assessoramento disponibilizado pelo Sistema de Controles Internos no âmbito da Instituição.

Avaliação – (2)

10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, tendo como referência o Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? É exigida licença ambiental de instalação e operação de obra.					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? - As aquisições foram destinadas à nova Sede da Fundação Habitacional do Exército, obra concluída em 2010, prevendo menor consumo de energia e água;					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Não.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Não.					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? E-mail a todos os empregados da Sede e Informativos internos.					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
<i>Considerações Gerais: Construção da Nova Sede da FHE</i>					

O desejo de construir a nova sede da FHE e da POUPEX foi concretizado em 19 de abril de 2005, com a cerimônia de lançamento da Pedra Fundamental. Esse ato simbolizava o primeiro passo da realização de um sonho que acendia no coração de todos os empregados há praticamente três décadas.

O desafio do sonho consistia em definir, na forma de estrutura física, toda uma trajetória de crescimento, dedicação e transparência para os clientes, parceiros e sociedade. Associado a essas qualidades e características das instituições FHE e POUPEX, buscava-se integrar as futuras instalações com a utilização eficiente dos recursos naturais, sem agressão ao meio ambiente, com economia e bem-estar. Nessa tentativa iniciava-se o segundo passo: organizar os desafios em projetos.

Durante toda trajetória da construção, a Diretoria das instituições buscou praticar ações que espelhassem a transparência institucional. Nessa premissa, foi instalada a Comissão de Análise e Julgamento das Propostas para o Projeto do Edifício-Sede da FHE e POUPEX. A comissão contou com a participação de representantes da Diretoria de Obras Militares (DOM); da Câmara Especializada de Engenharia Civil do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal (CREA/DF); do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e do Conselho da União Internacional dos Arquitetos (UIA); e demais engenheiros e arquitetos da POUPEX. A promoção do concurso para escolha do projeto da sede foi recebida pelos membros da comissão positivamente, sendo amplamente elogiada - no exterior essa prática é recorrente e usual, não sendo comum no contexto brasileiro.

Para participar do certame do projeto, foram convidados 23 escritórios de arquitetura. As propostas de arquitetura das entidades deveriam contemplar os aspectos de adequabilidade; funcionalidade; acessibilidade; sistemas construtivos; soluções econômicas; concepção estrutural; flexibilidade de leiaute nos ambientes projetados; autosustentabilidade e inteligência (redução do consumo de energia). Dessa forma, estava sinalizado o propósito do projeto – uma construção com critérios transparentes

e sustentável, em harmonia com o Cerrado e o cenário moderno da arquitetura de Brasília.

O propósito do projeto retratava com clareza e concisão os princípios institucionais de robustez, facilidade de acesso e de transparência. A robustez significa a coerência com a solidez econômico-financeira das instituições. No aspecto da facilidade de acesso, retrata o bom acolhimento dos clientes e a demonstração da função assistencial. Por último, a transparência correspondente à abertura das instituições à cooperação com outras organizações atuantes na concretização de investimentos imobiliários no país.

Idealizado o projeto, o terceiro passo foi revestir, em concreto, o sonho almejado. Assim, materializou-se uma estrutura arquitetônica que proporciona a criação de diversas bases que, interligadas, formaram um edifício de 27 mil metros quadrados, de cinco pavimentos divididos em dois blocos desnivelados entre si, conectados por uma rampa e separados por um átrio central. A iluminação difusa e a ventilação natural climatizada ambientam com qualidade e economia energética os espaços de trabalho. O projeto de ar-condicionado contempla expansão direta, utilizando-se o Sistema Fluxo de Refrigerante Variável (VRF), com unidades evaporadoras, de recuperação de energia, ventilação combinada com exaustão e automação digital. Os sistemas de iluminação e de ar-condicionado do prédio possuem funcionamento programado totalmente automatizado, trazendo mais conforto aos empregados e reduzindo o consumo de energia.

Foram construídos espaços multiuso; salas de reunião e treinamento; biblioteca; lanchonete; posto médico; sala de ginástica; espelho d'água; dentre outros. As salas de trabalho são fechadas em vidro de forma acústica. A ideia é apresentar os locais de trabalho como vitrines, para que as atividades possam ser observadas externamente, criando um cenário de execução com transparência.

As dependências externas contemplam um posto de atendimento ao cliente, um posto bancário e amplo estacionamento.

Com o Projeto “Preservar é viver – Plante uma árvore”, lançado pela FHE e pela POUPEX, foi possível o reflorestamento das áreas adjacentes da sede com árvores típicas da região do Cerrado.

No contexto cultural, foi construído o Teatro POUPEX, com 649 lugares, projetado para receber eventos de grande porte, como: espetáculos teatrais, shows, convenções e apresentações de orquestras. O espaço conta ainda com 360 m² do Foyer General Rosa que, além da recepção dos espectadores da programação do teatro, é destinado a exposições artísticas.

Dentre os projetos realizados em 2010 no Brasil, a terceira edição do prêmio O Melhor da Arquitetura, promovido pela revista Arquitetura & Construção, considerou o edifício sede da FHE o melhor projeto arquitetônico na categoria Edifícios Comerciais ou de Escritórios – acima de 4 pavimentos ou 500 m², com destaque para os quesitos criatividade e inovação.

A edição nº 194, de maio de 2010, da revista AU – Arquitetura e Urbanismo, também indicou a nova sede como uma das cinco edificações mais harmônicas e fiéis às linhas da arquitetura brasileira no ano de 2010. Segundo a reportagem, “o conjunto é um dos raros exemplares da boa arquitetura contemporânea na cinquentenária Brasília.”

O edifício-sede foi incluído na programação de visitas dos monumentos históricos de Brasília. As instalações da sede recebem frequentemente visitas externas de estudantes, clientes, estudiosos em engenharia e arquitetura que ressaltam o caráter particular, harmonioso, econômico e sustentável.

Por fim, a FHE e a POUPEX, conscientes em melhor gerir os recursos naturais, associaram a simplicidade da estrutura em concreto com a responsabilidade empresarial e ética, que são marcas das instituições.

A nova sede permite integrar o modelo de gestão transparente e sustentável que as instituições FHE e POUPEX se propõem a desenvolver. Na visão sustentável, as instituições são convictas de que esse é o percurso natural para a ampliação das suas atividades, proporcionando bem-estar aos empregados, clientes, parceiros e ao Brasil.

LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

Não se aplica.

12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	■				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	■				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	■				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
	0%				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	■				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	■				

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

OBS.: A resposta ao questionário acima é prejudicada pelas características da Fundação.

- A cópia do Ofício FHE/PRESI nº 194/2010 de 25 Nov 2010, endereçado ao Secretário de Fiscalização de Tecnologia da Informação, tratando do Questionário PERFIL GOVTI 2010 explica, em detalhes, que a FHE não possui área de TI institucionalizada, valendo-se da estrutura da entidade por ela gerida, Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX (art 1º, § 2º, da Lei 6.855, de 18Nov1980).
- A FHE realiza, mensalmente, repasse à POUPEX, como forma de rateio de despesas.
- A POUPEX elabora o seu Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, especificando os correspondentes métodos, técnicas, procedimentos, recursos e prazos, para atender e apoiar as Diretrizes e Ações previstas no Planejamento Estratégico das duas instituições (FHE e POUPEX).

13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

- Não se aplica, pois a FHE não apresenta situação que se enquadre neste aspecto.

14 Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

- Não se aplica.

15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

A FHE, em 20 de dezembro de 2010, foi cientificada de decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão nº 3.410, Plenário, de 08 de dezembro de 2010). No âmbito do referido julgamento, aquela Corte exarou as seguintes determinações:

[...] 9.1. determinar ao Comando do Exército que:

9.1.1. institua, no prazo de cento e vinte dias, contados a partir da ciência, novo regulamento de licitações e contratos para a Fundação Habitacional do Exército escoimado de dispositivos que contrariem as disposições da Lei 8.666/93, dotando-o de mecanismos aptos a garantir que as licitações e contratações que envolvam os recursos originados das permutas de bens efetuadas com o Comando do Exército sejam processadas em integral conformidade com o disposto na referida lei;

9.1.2. realize, no prazo de sessenta dias, contados a partir da ciência, os lançamentos contábeis no Siafi relacionados às transferências de imóveis à FHE, em curso e já realizadas, abrangendo todas as operações com reflexos patrimoniais, inclusive os direitos delas resultantes, de forma a espelhar a realidade dos fatos e a atender os arts. 83, 85, 87 e 89 da Lei 4.320/64, e o princípio contábil da oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 750/93;

9.2. determinar à Fundação Habitacional do Exército (FHE) que:

9.2.1. enquanto não for editado o novo regulamento referido no item 9.1.1 deste acórdão, abstenha-se de aplicar às suas licitações e contratos os dispositivos do regulamento veiculado pela Portaria 152/2007 contrários à Lei 8.666/93, devendo ser aplicadas, em substituição aos dispositivos regulamentares inquinados, as disposições da referida lei;

9.2.2. realize, no prazo de sessenta dias, contados a partir da ciência, os lançamentos contábeis relacionados às transferências de imóveis do Comando do Exército, em curso e já realizadas, de forma a espelhar a realidade dos fatos e a atender o princípio contábil da oportunidade, previsto no art. 6º Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 750/93;

9.3. recomendar ao Comando do Exército que motive adequadamente, conforme os ditames do art. 50 da Lei 9.784/99, os atos de alienação ou permuta de bens imóveis efetuados com dispensa de licitação;

9.4. recomendar à Fundação Habitacional do Exército que publique, em seu sítio na internet, a legislação relativa à entidade, em especial a lei que autorizou sua criação, o decreto presidencial que delegou a competência de aprovação do seu estatuto, bem como o estatuto e a portaria que o aprovou;

9.5. determinar à Diretoria de Auditoria do Exército que, no âmbito de seus trabalhos de fiscalização, verifique o cumprimento das determinações constantes deste acórdão; [...]

A Vice-Presidência da FHE informou ao Sr. Chefe de Gabinete do Comandante do Exército, por meio do Of FHE/VIPRE nº 34, de 02 de março de 2011, as providências adotadas no âmbito da Instituição:

- A FHE, inicialmente, afastou a incidência de seu Regulamento de Licitações e Contratos naquilo que incompatível com a Lei de Licitações (atendendo ao item 9.2.1, supra), em certames e contratações posteriores à intimação do julgado e decidiu, doravante, valer-se, apenas, dos preceitos da Lei. 8.666/93;
- no mesmo Ofício, submeteu à consideração do Comando do Exército a decisão acima e, em caso de aprovação, pediu providências para revogar a Portaria 152, de 26 de março de 2007, que aprovou o Regulamento de Licitações e Contratos da Fundação Habitacional do Exército (FHE) e publicar na Imprensa Oficial; e
- quanto ao item 9.2.2, a Gerência de Contabilidade (GCONT), da FHE, efetua as contabilizações relacionadas às transferências de imóveis do Comando do Exército originárias de remanejamentos de imóveis no Balancete Analítico, da seguinte forma:
 - O valor do bem permutado com o Comando do Exército é contabilizado na rubrica do Ativo (direito) “1.5.1.00.00.00.00-5 – imóveis a Comercializar” com contrapartida na rubrica do Passivo (obrigações) “4.9.9.40.00.00.00-4 – Obrigações por Remanejamento de Imóveis”. Quando da conversão ao Balancete Público pela GCONT, integralizado no SIAFI pela D cont (Comando do Exército), o direito é registrado na rubrica “1.1.3.0.0.00.00 – Bens e Valores em Circulação” e a obrigação registrada na rubrica “2.1.2.1.0.00.00 – Obrigações a Pagar”;
- No que se refere à observância do princípio contábil da oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade 750/1996, isto é, tempestividade e integridade do registro no patrimônio e das suas variações patrimoniais, que compreendem os elementos quantitativos e qualitativos, observados os aspectos físicos e monetários, tem-se a esclarecer que o documento utilizado para contabilização dos fatos, fornecido pela Diretoria de Habitação da FHE (DIHAB), é o Termo de Ajuste e respectivos Termos Aditivos, firmados entre a FHE e o Comando do Exército. Essa documentação é disponibilizada anualmente ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx) no decorrer dos trabalhos de fiscalização, que, posteriormente, valida e encaminha a Prestação de Contas da FHE ao TCU. Desta forma não há outras medidas a serem adotadas pela FHE no que diz respeito ao item 9.2.2 do Acórdão.

16 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Todas as recomendações feitas pela Auditoria Interna foram plenamente atendidas dentro do exercício.

17 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Nada a acrescentar.

Brasília-DF, 06 de abril de 2011.

GEN ERON CARLOS MARQUES
Presidente da FHE

FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO – FHE
GERÊNCIA DE CONTABILIDADE – GCONT
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2010

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO			168001
<p>A Lei nº. 7.750, de 13.04.1989, dispõe no art. 3º que “à <i>Fundação Habitacional do Exército – FHE não serão destinados recursos orçamentários da União</i>”.</p> <p>Além disso, o art. 4º da mesma Lei esclarece:</p> <p>Art. 4º. Ressalvadas a supervisão ministerial e as determinações do art. 70 e seu parágrafo único da Constituição Federal, à Fundação Habitacional do Exército não se aplicam outras disposições legais e regulamentares relativas às autarquias, às fundações públicas e aos demais órgãos e entidades da administração indireta.</p> <p>Assim, embora a Fundação Habitacional do Exército possua algumas das características de uma fundação pública, por se adequar, em alguns aspectos, à definição do DL 200/67 e alterações, o legislador trouxe disciplina específica (Lei Especial) para regular a FHE, que, em realidade, a transforma num órgão fora dos padrões normais da estrutura administrativa da União.</p> <p>Há de se ressaltar que é de responsabilidade da Secretaria de Economia e Finanças do Exército – Diretoria de Contabilidade – D Cont integralizar o Balancete Público que contém os dados contábeis da FHE no Sistema de Administração Financeira - SIAFI.</p> <p>Diante do exposto, a FHE não elabora os demonstrativos contábeis previstos na Lei nº. 4.320/64. Os demonstrativos ora apresentados nos itens 3 a 10 na Prestação de Contas de 2010 são elaborados à luz da Lei nº. 6.404, de 15.12.1976 e as alterações advindas da Lei nº. 11.638 de 28.12.2007.</p> <p>Declaro que os demonstrativos contábeis confeccionados sob a égide da Lei nº. 6.404, de 15.12.76 refletem a adequada situação financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que ora apresenta o Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília – DF	Data	19.04.2011
Contador Responsável	Maria de Fátima Machado Gonçalves	CRC nº	008.116/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE

Endereço: Av. Duque de Caxias, s/nº - SMU Brasília-DF

C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35

A T I V O	31.12.2010 R\$ mil	31.12.2009 R\$ mil
CIRCULANTE	609.054	573.046
DISPONIBILIDADES	350	283
Caixa	2	4
Depósitos em Instituições Financeiras	348	279
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DERIVATIVOS	199	452
Cotas de Fundos de Investimentos	199	452
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5.061	4.872
FCVS-Financiamentos a Ex-Combatentes e Parque Real	5.061	4.872
APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS TRANSITÓRIAS	43.561	30.341
Imóveis	43.570	30.350
(-) Provisão para Desvalorização de Imóveis	(9)	(9)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	538.584	498.478
Financiamentos Imobiliários	43.966	24.549
Financiamento - Micro Fácil	0	12
Empréstimos	503.586	481.281
(-) Provisão para Operações de Crédito	(8.968)	(7.364)
OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS	21.299	38.620
Rendas a Receber	1.378	8.868
Adiantamentos	2.233	1.383
Títulos e Créditos a Receber - E.S.	15.955	19.121
Títulos e Créditos a Receber a Prazo	0	10.000
Devedores Diversos - País	2.904	5.811
Bens não de Uso Próprio	0	8
Material em Estoque	39	35
Despesas Antecipadas	0	11
Diversos	75	99
(-) Provisão para Outros Créditos	(1.285)	(6.716)
NÃO CIRCULANTE	1.798.548	1.664.237
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.701.563	1.570.293
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	31.838	28.899
FCVS-Financiamentos a Ex-Combatentes e Parque Real	17.248	16.642
FCVS-Financiamentos com Recursos Próprios	19.358	17.025
(-) Provisão para Perdas em Créditos Vinculados	(4.768)	(4.768)
APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS TRANSITÓRIAS	119.364	80.985
Imóveis	120.594	82.215
(-) Provisão para Desvalorização de Imóveis	(1.230)	(1.230)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.538.822	1.440.899
Financiamentos Imobiliários	171.808	72.101
Financiamento - Micro Fácil	2.975	3.353
Empréstimos	1.392.645	1.389.332
(-) Provisão para Operações de Crédito	(28.606)	(23.887)
OUTROS CRÉDITOS	11.539	19.510
Créditos a Recuperar	334	334
Títulos e Créditos a Receber a Prazo	16.647	10.000

(-) Provisão para Títulos e Créditos a Receber a Prazo	(10.199)	0
Devedores Diversos - País	0	4.439
Devedores por depósitos em garantia	4.757	4.737
INVESTIMENTOS	34	34
Ações e Cotas	34	34
IMOBILIZADO	96.951	93.910
Móveis e Equipamentos em Estoque	0	1.834
Edificações	1.529	80.975
Acessão em imóvel	84.187	0
Móveis e Equipamentos de Uso	4.187	1.620
Sistema de Comunicação	1.152	89
Sistema de Processamento de Dados	11.409	10.626
(-) Depreciação/Amortização Acumulada	(5.513)	(1.234)
TOTAL	2.407.602	2.237.283

PASSIVO	31.12.2010 R\$ mil	31.12.2009 R\$ mil
CIRCULANTE	118.607	74.940
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	50.306	21.188
Refinanciamentos (Sistema Financeiro da Habitação)	5.061	4.871
Obrigações por Empréstimos no País (APE-POUPEX)	45.245	16.317
OUTRAS OBRIGAÇÕES	68.301	53.752
Fiscais e Previdenciárias	741	808
Honorários Advocatícios	0	250
Recursos do PROMORAR - Taxa de Ocupação	3.576	3.547
Adiantamentos Recebidos (Promitentes Compradores de Imóveis)	15.825	6.592
Credores por Recursos a Liberar	9.436	3.128
Provisão para Pagamentos a Efetuar	8.008	6.468
Provisão para Passivos Contingentes	8.469	6.860
Obrigações Junto ao Com. do Exército - Remanejamento de Imóveis	5.109	6.094
Obrigações Junto a Poupex - Custo com Pessoal	12.125	10.099
Obrigações por Aquisições de Imóveis	0	3.119
Recursos Garantias Realizadas	3.184	5.214
Prêmios de Seguros a Repassar	853	721
Diversas	975	852
NÃO-CIRCULANTE	406.110	477.300
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	406.110	477.300
Obrigações por Empréstimos no País (APE-POUPEX)	406.110	477.300
PATRIMÔNIO SOCIAL	1.882.885	1.685.043
SUBVENÇÃO INICIAL	621	621
RESERVAS ESPECIAIS	97.433	97.433
Doações e Subvenções para Investimentos	1.452	1.452
Participações em Resultados da APE-POUPEX	95.981	95.981
RESERVAS DE RESULTADOS PRÓPRIOS	1.784.831	1.586.989
Resultados Acumulados	1.784.831	1.586.989
TOTAL	2.407.602	2.237.283

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Método Indireto)

Em 31/12/2010

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE

Endereço: Av. Duque de Caxias, s/nº - SMU Brasília-DF

C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35

DISCRIMINAÇÃO	R\$ Mil EXERCÍCIO 2010	R\$ Mil EXERCÍCIO 2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	197.842	188.540
AJUSTES PARA RECONCILIAR O RESULTADO AO CAIXA LÍQUIDO		
APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS :		
Provisão Operações de Crédito	45.219	58.756
Provisão - Outros	22.315	9.354
Reversão/Provisão - Desvalorização de imóveis	24	(105)
Depreciações/Amortizações	4.306	583
VARIAÇÕES DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES:	(168.873)	(348.184)
Baixa de Provisão para Operações de Crédito	(30.178)	(35.020)
Baixa de Provisão para Perdas c/Créditos Renegociados	(10.424)	(3.459)
Baixa de Provisão para Perdas c/FCVS	(29)	0
Baixa de Provisão para Desvalorização de Imóveis	0	(662)
Redução em Títulos e Val. Mobiliários	0	411
Aumento em FCVS	(3.199)	(1.934)
Aumento em Operações de Crédito	(152.993)	(302.913)
Redução/Aumento em Outros Créditos	13.385	(21.083)
Redução/Aumento em Outros Valores e Bens	15	(22)
Aumento em Outras Obrigações	14.550	16.499
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	100.833	(91.056)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento de Aplicações Imobiliárias Transitórias	(51.599)	(31.952)
Alienação de Imobilizado de Uso	16	0
Aquisição de Imobilizado de Uso	(7.363)	(55.214)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(58.946)	(87.166)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Redução/Aumento de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(42.073)	178.496
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(42.073)	178.496
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(186)	275
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	735	460
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	549	735
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(186)	275

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE

Endereço: Av. Duque de Caxias, s/nº - SMU Brasília-DF

C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35

Descrição	Exercício 2010	Exercício 2009
	R\$ mil	R\$ mil
1 - RECEITAS	401.786	384.433
1.1) Intermediação Financeira	407.863	411.252
1.2) Prestação de Serviços	42.372	33.237
1.3) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	(60.081)	(68.094)
1.4) Provisão para cobertura de sinistros	(2.922)	0
1.5) Outras	14.554	8.038
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.812	10.557
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	123.166	108.330
3.1) Materiais, energia e outros	27.049	22.768
3.2) Serviços de terceiros	6.713	5.027
3.3) Perda/Recuperação de valores ativos	142	52
3.4) Outras	89.262	80.483
3.4.1) Outras Despesas Administrativas	88.832	75.599
3.4.2) Outras Despesas Operacionais	405	4.064
3.4.3) Despesas Não Operacionais	16	1
3.4.4) Outras Despesas Não Operacionais	9	819
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	274.808	265.546
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	4.306	583
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	270.502	264.963
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6	6
7.1) Dividendos	6	6
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)	270.508	264.969
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	270.508	264.969
9.1) Pessoal	3.074	1.931
9.1.1 - Remuneração direta	2.435	1.747
9.1.2 - Benefícios	62	52
9.1.3 - F.G.T.S	577	132
9.2) Impostos, taxas e contribuições	3.775	3.459
9.2.1 - Federais	642	481
9.2.2 - Municipais	3.133	2.978
9.3) Remuneração de capitais de terceiros	65.817	71.039
9.3.1 - Aluguéis	301	383
9.3.2 - Juros	65.516	70.656
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	197.842	188.540
9.4.1 - Superávit Líquido	197.842	188.540

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL 2010

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE

Endereço: Av. Duque de Caxias, s/nº - SMU Brasília-DF

C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35

EVENTOS	SUBVENÇÃO INICIAL	RESERVAS ESPECIAIS	SUPERÁVIT ACUMULADO	PATRIMÔNIO SOCIAL
- R\$ mil -				
Saldo em 31.12.2008	621	97.433	1.398.449	1.496.503
Superávit do Exercício	0	0	188.540	188.540
Saldo em 31.12.2009	621	97.433	1.586.989	1.685.043
Mutações do Período	0	0	188.540	188.540
- R\$ mil -				
Saldo em 31.12.2009	621	97.433	1.586.989	1.685.043
Superávit do Exercício	0	0	197.842	197.842
Saldo em 31.12.2010	621	97.433	1.784.831	1.882.885
Mutações do Período	0	0	197.842	197.842

DEMONSTRAÇÃO COMPARATIVA DO SUPERÁVIT 2010

Instituição: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE

Endereço: Av. Duque de Caxias, s/nº - SMU Brasília-DF

C.N.P.J.: 00.643.742/0001-35

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2010 R\$ mil	31/12/2009 R\$ mil
RECEITAS OPERACIONAIS	465.424	452.476
RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	387.880	380.588
Rendas de Financiamentos Imobiliários/Habitacionais	13.688	10.424
Rendas de Empréstimos Simples	373.645	369.612
Rendas de Financiamentos p/Aquisição de Microcomputadores	547	552
RENDAS DE DISPONIBILIDADES	2.815	2.006
Rendas de Depósitos na APE-POUPEX	2.777	1.961
Rendas de Investimentos	38	45
RECEITA NA COMERCIALIZAÇÃO DE IMÓVEIS	2.139	10.413
Receita na Comercialização de Imóveis	2.139	10.413
RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	42.372	33.237
Rendas de Intermediação de Seguros	33.975	25.783
Rendas de Intermediação de Cartão de Crédito	2	3
Rendas de Taxas de Administração de Consórcio	8.394	7.451
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	30.218	26.232
Recuperação de Créditos Baixados com Prejuízo	13.001	16.359
Reversão de Provisão p/riscos operacionais	0	662
Reversão de Provisão p/operações de crédito	15	0
Recuperação de Encargos e Despesas	692	405
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.020	1.872
Rendas de Excedente Técnico	252	6.322
Outras Rendas Operacionais	12.638	72
Outras Reversões	1.599	540
DESPESAS OPERACIONAIS	(267.592)	(263.174)
DESPESAS DE OBRIGAÇÕES P/EMPRÉSTIMOS E REPASSES	(65.550)	(70.691)
Despesas de Refinanciamentos	(188)	(183)
Despesas de Empréstimos no País - Outras Instituições	(65.361)	(70.507)
Despesas de Empréstimos - Comissões	(1)	(1)
CUSTOS DOS IMÓVEIS COMERCIALIZADOS	(1.787)	(8.700)
Custos dos Imóveis	(1.787)	(8.700)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(129.371)	(109.146)
Despesas de Água, energia e gás	(933)	(279)
Despesas de Aluguéis	(301)	(383)
Despesas de Comunicações	(2.853)	(2.523)
Despesas de Material	(327)	(229)
Despesas de Diretoria e Conselho de Administração	(1.768)	(1.291)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(4.957)	(4.349)
Despesas de Pessoal	(1.918)	(1.100)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(16.776)	(14.004)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.019)	(1.198)
Despesas de Serviços de Terceiros	(3.764)	(1.431)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.014)	(491)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.935)	(3.105)
Despesas Tributárias	(2.311)	(2.330)
Despesas com consórcio	(478)	(647)
Despesas com viagens	(22)	(26)

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2010	31/12/2009
	R\$ mil	R\$ mil
Despesas de Remuneração por Custo de Pessoal	(83.403)	(71.610)
Remuneração por Custo de Processamento de Dados	(4.861)	(3.638)
Outras Despesas Administrativas	(731)	(512)
APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS	(65.050)	(68.677)
Despesas de Depreciação/Amortização	(4.306)	(583)
Despesas de Provisões Operacionais	(60.744)	(68.094)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(5.834)	(5.960)
Despesas de Remuneração de Outras Obrigações	(502)	(185)
Variação monetária de tributos	(819)	(648)
Cobertura de sinistro	(2.922)	0
Despesas de Contribuições ao SFH	(2)	(1)
Despesas de Seguros	(731)	(839)
Despesas de Descontos Concedidos	(473)	(868)
Despesas com Ações Judiciais	(131)	(3.023)
Outras Despesas Operacionais	(254)	(396)
 SUPERÁVIT OPERACIONAL	 197.832	 189.302
 RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	 35	 58
OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	35	58
 DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	 (25)	 (820)
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(25)	(820)
 SUPERÁVIT/DÉFICIT NÃO OPERACIONAL	 10	 (762)
 SUPERÁVIT LÍQUIDO	 197.842	 188.540

ERON CARLOS MARQUES
PRESIDENTE
CPF 048.365.107-91

MARIA DEFÁTIMA M. GONÇALVES
CONTADORA
CRC/DF 008.116/O-1
CPF 217.147.540-49

NOTAS EXPLICATIVAS (parte integrante do conjunto das demonstrações contábeis)

NOTA 1 - A INSTITUIÇÃO E SUAS OPERAÇÕES

A Fundação Habitacional do Exército - FHE é uma instituição criada pela Lei n. 6.855/80, supervisionada pelo Comando do Exército e com atuação em todo o território nacional. Possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade social e tempo de duração indeterminado e é integrante do Sistema Financeiro da Habitação - SFH. De acordo com o art. 3º da Lei n. 7.750, de 13.04.89, não são destinados à Fundação recursos orçamentários da União.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da FHE foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as disposições da Lei n. 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) e com as normas gerais e especiais próprias do SFH, atendendo, ainda, por conversão, o Plano de Contas da Administração Federal.

A Lei n. 11.638, de 28.12.2007, e a Lei n. 11.941, de 27.05.2009, alteraram e revogaram dispositivos da Lei n. 6.404/76, estabelecendo nova forma relativamente à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. O processo de convergência vem sendo desenvolvido por meio do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e a Administração da FHE permanece acompanhando as normatizações, ainda em processo de elaboração por parte dos órgãos reguladores, buscando determinar com precisão os possíveis impactos da adoção da nova lei em suas demonstrações.

Assim, embora a Fundação Habitacional do Exército possua algumas das características de uma fundação pública, por se adequar, em alguns aspectos, à definição do DL 200/67 e alterações, o legislador trouxe disciplina específica (Lei Especial) para regular a FHE, que, em realidade, a transforma num órgão fora dos padrões normais da estrutura administrativa da União.

Diante do exposto, a FHE não elabora os demonstrativos contábeis previstos na Lei n. 4.320/64. Os demonstrativos são elaborados à luz da Lei das Sociedades Anônimas e suas alterações.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

- a) O regime contábil é o de competência.
- b) O caixa e o equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.
- c) Os direitos representados por “Títulos e Valores Mobiliários”, “Relações Interfinanceiras”, “Aplicações Imobiliárias Transitórias”, “Operações de Crédito”, “Outros Créditos” e “Outros Valores e Bens” e as obrigações representadas por “Obrigações por Empréstimos e Repasses” e “Outras Obrigações” estão demonstrados pelo valor principal, rendas e encargos incorridos, adotando-se para a apropriação, o critério “pro rata”, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.
- d) A "Provisão para Operações de Crédito" é constituída na forma das Resoluções n. 2.682/99 e n. 2.697/00, ambas do Conselho Monetário Nacional e da Circular n. 2.974/00, do Banco Central do Brasil.

e) Os investimentos e o imobilizado são registrados pelo custo de aquisição; o imobilizado é depreciado pelo método linear, às taxas anuais de 10% para móveis e equipamentos de uso; de 20% para equipamentos de processamento de dados e comunicação e de 4% para as edificações.

Os bens inscritos no Ativo Imobilizado de Uso são aqueles destinados à manutenção das atividades da FHE, com prazo de vida útil superior a um ano, cujos custos de aquisição tenham ultrapassado a importância equivalente a R\$ 326,61 (trezentos e vinte e seis reais e sessenta e um centavos). Quando de valor igual ou inferior, os gastos de aquisição desses bens foram lançados em contas de despesas.

f) As provisões relativas às férias e ao 13º salário são reconhecidas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

g) Não foram constituídas provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social por gozar a FHE, respectivamente, de imunidade tributária e isenção.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com liquidez diária e que, portanto, apresentam risco insignificante de mudança de valor.

A composição do caixa e equivalentes de caixa dá-se da seguinte forma:

	Valores em R\$ mil	
	31.12.10	31.12.09
Disponibilidades	350	283
Caixa	2	4
Depósitos em Instituições Financeiras	348	279
Títulos e Valores Mobiliários - Livres	199	452
Cotas de Conta Investimentos – BB	199	452
Total Caixa e Equivalente de Caixa	549	735

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Refere-se a títulos e valores mobiliários adquiridos pela FHE e mantidos até o vencimento, no total de R\$ 199 mil, em 31.12.10.

NOTA 6 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

A carteira está composta dos seguintes valores a serem securitizados:

	Valores em R\$ mil	
	31.12.10	31.12.09
Financiamentos a Ex-Combatentes e Parque Real	22.309	21.514
Financiamentos com Recursos Próprios	19.358	17.025
(-) Provisão para Perdas	(4.768)	(4.768)

Contemplam os saldos devedores de financiamentos habitacionais a serem cobertos pelo FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais, em consonância com as disposições da Lei n. 10.150/00.

NOTA 7 - APLICAÇÕES IMOBILIÁRIAS TRANSITÓRIAS

A conta apresenta a seguinte estrutura:

	Valores em R\$ mil	
	31.12.10	31.12.09
Terrenos, Apartamentos e Casas	94.712	75.693
Obras em andamento	52.222	19.642
Unidades Habitacionais em Construção	17.230	17.230
(-) Provisão para Desvalorização de Imóveis	(1.239)	(1.239)

Esta conta compreende os imóveis disponíveis para comercialização, representados por casas e apartamentos, recebidos em dação em pagamento e arrematação/adjudicação, terrenos adquiridos e/ou recebidos por meio de Remanejamentos Patrimoniais e obras efetuadas por esta FHE. Objetivando adequar o valor contábil dos imóveis a comercializar ao preço de mercado, efetuou-se a avaliação e a correspondente provisão no final do exercício passado.

Atendendo, ainda, aos requisitos constantes no Pronunciamento CPC 20, os juros pagos por empréstimos atribuídos a produção de ativo qualificável com geração de benefício futuro, foram capitalizados como custo.

NOTA 8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	Valores em R\$ mil	
	31.12.10	31.12.09
Financiamentos Imobiliários	215.774	96.650
Financiamento - Micro Fácil	2.975	3.365
Empréstimos	1.896.231	1.870.613
(-) Provisão para Operações de Crédito	(37.574)	(31.251)

Financiamentos Imobiliários - nas operações de financiamento imobiliário, além da provisão para risco de crédito e devedores duvidosos, efetuada na forma do item “d” da Nota 3, à FHE aplica o não reconhecimento de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito com atraso igual ou superior a sessenta dias.

Para fazer face à perda do agente financeiro (Decreto 97.222/88), bem como aos juros novados, os contratos com cobertura do FCVS totalizaram, em 31.12.2010, provisão no valor de R\$ 2.253 mil.

Financiamento Micro Fácil FAM - contempla as operações de crédito para aquisição de equipamentos de informática, realizadas com participantes do FAM e entidades conveniadas.

Empréstimo Fardamento – destina-se somente aos concludentes das Escolas de Formação de Oficiais e das Escolas e Cursos de Formação de Sargentos, das Forças Armadas.

Empréstimos Simples - contempla os empréstimos concedidos aos Militares/Pensionistas das Forças Armadas e aos servidores Cíveis do Exército, da Marinha e da Força Aérea; e aos funcionários do Banco do Brasil e da FHE/POUPEX, bem como aos empregados das entidades conveniadas, sejam ou não participantes do Fundo de Apoio à Moradia – FAM.

Empréstimos com garantia hipotecária - esta conta contempla os empréstimos concedidos com garantia hipotecária.

As receitas provenientes das operações são contabilizadas mensalmente, cabendo, quando for o caso, considerar o cálculo “pro rata” dia, com base no vencimento mensal das parcelas.

Em 31.12.2010, a carteira de crédito está assim classificada:

Níveis	Valores em R\$ mil			
	NORMAL	VENCIDAS	TOTAL	Provisões
	Setor Privado	Setor Privado		
AA	1.906.567	0	1.906.567	0
A	144.165	0	144.165	720
B	0	10.123	10.123	101
C	0	6.757	6.757	202
D	0	5.463	5.463	547
E	0	5.199	5.199	1.560
F	0	2.033	2.033	1.017
G	0	4.153	4.153	2.907
H	0	30.520	30.520	30.520
TOTAL	2.050.732	64.248	2.114.980	37.574

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS

Outros Créditos e Outros Valores e Bens	Valores em R\$ mil	
	31.12.10	31.12.09
Comissões e Corretagens a Receber	1.378	8.868
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	2.201	1.329
Adiantamentos e Antecipações Salariais	32	54
Devedores por Depósitos em Garantia	4.757	4.738
Pagamentos a Ressarcir	409	412
Títulos e Créditos a Receber	14.671	12.425
Títulos e Créditos a Receber a Prazo	6.448	20.000
Devedores Diversos – País	2.904	10.250
Bens não de Uso Próprio	0	8
Material em Estoque	39	35
Despesas Antecipadas	0	11

Comissões e Corretagens a Receber – registra os *pró-labore* a receber provenientes da venda de seguros e a taxa de administração do consórcio.

Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta – registra os adiantamentos concedidos a empregados, Escritórios Regionais e Postos para atender as despesas administrativas.

Adiantamentos e Antecipações Salariais – registra adiantamentos de férias, até que sejam transitados na folha de pagamento.

Devedores por Depósitos em Garantia – registra os depósitos decorrentes de exigências legais para interposição de recursos fiscais e trabalhistas.

Pagamentos a Ressarcir – registra valor do FCVS, aguardando regularização (R\$ 409 mil).

Títulos e Créditos a Receber — registra as operações que foram objeto de renegociação.

Títulos e Créditos a Receber a Prazo — registra venda de terreno.

Devedores Diversos - País: entre as diversas contas que compõem a rubrica, convém destacar as seguintes:

- Valores pagos por conta de Termos de Ajuste (R\$ 9 mil) - registra as importâncias pagas por conta de Remanejamento Patrimonial;
- Consignações a receber de terceiros (R\$ 2.634 mil) - registra valores a serem processados no mês seguinte, relativos ao Empréstimo Simples e Financiamentos Imobiliários;
- Complementos de prestações a receber (R\$ 230 mil) – registra a diferença no pagamento de prestações imobiliárias a serem analisadas e regularizadas pela área operacional;

A carteira de “**Outros Créditos**” contempla provisões para as operações de “Títulos e Créditos a Receber e Créditos Renegociados” na forma das Resoluções do CMN n. 2.682 e n. 2.697 e da Carta Circular n. 2.899, do BACEN, conforme demonstrado abaixo:

Níveis	Valores em R\$ mil		TOTAL	Provisões
	NORMAL Setor Privado	VENCIDAS Setor Privado/Público		
AA	3.948	0	3.948	0
A	8.142	0	8.142	41
B	0	7.655	7.655	10
C	0	669	669	219
D	0	616	616	62
E	0	358	358	107
F	0	188	188	94
G	0	250	250	175
H	0	10.776	10.776	10.776
TOTAL	12.090	20.513	32.602	11.484

Outros Valores e Bens — Esta conta registra o valor de Material em Estoque, que totaliza R\$ 39 mil em 31.12.10.

NOTA 10 - PERMANENTE

Investimento - compreende ações de telefonia, avaliadas pelo método de custo, que totaliza o montante de R\$ 34 mil, em 31.12.2010.

Imobilizado - registra os custos com a sede da FHE no Setor Militar Urbano (Acessão em Imóvel) e no Setor Bancário Norte; 02 (dois) imóveis funcionais com finalidade de moradia para o Presidente e Vice-Presidente da FHE e bens utilizados na geração da atividade da empresa, depreciados de acordo com a legislação em vigor.

Valores em R\$ mil

	Tx de depreciação	Custo	Depreciação	Exercício	Exercício
				2010	2009
				Líquido	Líquido
Imobilizado					
Móveis e Equipamentos em estoque	0%	0	0	0	1.834
Imobilizações em curso	0%	197	0	197	79.643
Imóveis de Uso	4%	85.519	(1.871)	83.648	1.176
Móveis e Equipamentos em Uso	10%	4.187	(939)	3.248	984
Sistema de Comunicação	20%	1.152	(146)	1.006	51
Sistema de Processamento de Dados	20%	11.409	(2.557)	8.852	10.222
Total		102.464	(5.513)	96.951	93.910

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Refinanciamentos - conta que se refere a contrato de confissão e novação de dívidas com cessão de direitos creditórios e outras avenças, firmado entre a FHE e a Caixa Econômica Federal - CEF, com prazo de carência de 24 meses (prorrogado até 07.04.2011), juros nominais de 3,08% ao ano e atualização monetária, capitalizados mensalmente e incorporados ao saldo durante o prazo de carência, totalizando R\$ 5.061 mil, em 31.12.2010.

Empréstimos - conta em que se registra o contrato de abertura de crédito realizado entre a FHE e a POUPEX, destinado a suprir necessidades de caixa para a concessão de Empréstimo Simples, com prazo indeterminado, remunerado por juros de **1,2%** a.m., calculados “pro rata tempore”, a contar da data do crédito até o último dia do mês e exigíveis nesta mesma data, cujo montante totaliza R\$ 406.110, em 31.12.2010. Também registra a produção de empreendimentos para a demanda do seu público alvo, atualizada, mensalmente, “pro rata tempore” de acordo com a Taxa Referencial, totalizando R\$ 45.245 mil, em 31.12.2010.

NOTA 12 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

Esta conta engloba as seguintes obrigações:

- Fiscais e Previdenciárias - registram-se os seguintes tributos: PASEP, IRRF, ISS, INSS, FGTS, IOF, CSLL, COFINS e PIS/PASEP- Lei n. 9.430/96.
- Honorários Advocáticos - refere-se a valores a serem pagos, referentes à ação impetrada contra a Grupo OK Construções e Incorporações S.A.
- Obrigações por recursos consorciados – grupos encerrados - refere-se a sobra de recursos de consorciados a ser devolvida aos mesmos em razão do encerramento dos grupos.
- Diversas - registra as seguintes transações:

DISCRIMINAÇÃO	Valores em R\$ Mil	
	31.12.2010	31.12.2009
Recursos do PROMORAR	3.576	3.547
Adiantamentos Recebidos	15.825	6.592
Credores por Recursos a Liberar	9.436	3.128
Provisões para Pagamentos a Efetuar	8.008	6.468
Provisão para Passivos Contingentes	8.469	6.860
Obrigações por Remanejamento de Imóveis	5.109	6.094
Obrigações junto a POUPEX	12.125	10.099
Obrigações por Aquisição de Imóveis	0	3.119
Recursos de Garantias Realizadas	3.184	5.214
Prêmios de Seguros a Repassar	853	721
Diversas	975	852
Valores recebidos	102	281
Enc. e Amortização Recebidas - Financ.	67	25
Valores Sob Análise SICOM	32	35
Adiantamento de sinistro	1	43
Pendências a regularizar - Empréstimo Simples	490	280
Pendência a regularizar - ES - Devolução	5	0
Seg. Mutuários - Rec. Antecip. - Exercício	1	0
Pendências a regularizar - Exercício	175	95
Outros credores - Exercício	15	23
Outras	87	70

Recursos do PROMORAR - registra os valores referentes à taxa de ocupação do Empreendimento PROMORAR, no Rio de Janeiro.

Adiantamentos Recebidos – registra as importâncias recebidas dos mutuários, relativas à parte não financiada dos imóveis a serem comercializados.

Credores por Recursos a Liberar – registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários de acordo com o cronograma da obra e a pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela instituição.

Provisão para Pagamentos a Efetuar - registra os valores referentes às provisões com pessoal: férias e encargos sociais; ISS - Imposto sobre serviços e pagamentos a fornecedores.

Provisão para Passivos Contingentes - refere-se a possíveis passivos trabalhistas (R\$ 1.597 mil), ações movidas por construtoras (R\$ 1.160 mil), operações de crédito – demandas (R\$ 391 mil), ações de financiamento imobiliário, material de construção e Seguro/FAM/Empréstimos (R\$ 2.229 mil), e o restante, aos fundos constituídos para cobertura de Sinistro - Empréstimo Simples e Material de Construção (R\$ 3.092 mil).

Obrigações por Remanejamento de Imóveis – corresponde à dívida assumida pela FHE por força de Termos de Ajuste e respectivos Termos Aditivos assinados com o Exército Brasileiro – EB.

Obrigações junto à POUPEX - refere-se a valores a serem repassados à APE-POUPEX a título de ressarcimento pelo custo de pessoal e processamento de dados.

Obrigações por Aquisições de Imóveis – refere-se a valores da compra de projeções no Setor Noroeste.

Recursos de Garantias Realizadas - representa valores retidos das Construtoras como garantia, na ocasião do pagamento por execução de obras.

Prêmios de Seguros a Repassar - refere-se a valores de prêmios arrecadados nas operações de crédito a serem repassados a seguradora.

Valores recebidos – refere-se a valores recebidos para registro dos contratos de financiamento, transferência e taxa de avaliação dos mesmos.

Encargos e Amortizações Recebidos – Financiamentos – registra recebimento de prestações e amortizações de financiamentos imobiliários, aguardando registro no sistema de cadastro dos mesmos.

Valores sob análise – registra valores referentes a financiamentos imobiliários a serem regularizados no mês subsequente.

Pendências a Regularizar – Exercício – Refere-se a valores a repassar aos mutuários.

Outras – destaca-se, principalmente, o valor relativo aos lotes recebidos por doação do Município de Amambaí/MS destinados à construção e financiamento aos praças do 17º RC MEC (R\$ 61 mil).

NOTA 13 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

O superávit da FHE, auferido em 31.12.2010, foi de R\$ 197.842 mil.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio da FHE é composto dos seguintes itens:

	Valores em R\$ mil	
	31.12.10	31.12.09
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.882.885</u>	<u>1.685.043</u>
Subvenção Inicial	621	621
Reservas Especiais	97.433	97.433
Reservas de Resultados Próprios	1.784.831	1.586.989

NOTA 15 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.

As transações que a FHE efetua com a POUPEX têm bases semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando os volumes, os prazos e os riscos envolvidos.

O passivo de curto prazo refere-se ao ressarcimento de 64,59% das despesas sobre a folha de pessoal da POUPEX (R\$ 11.771 mil) e 35,61% sobre o custo de processamento em TI (R\$ 354 mil), bem como ao Financiamento para Construção – CICAP-SFH, no montante de (R\$ 45.245 mil).

O passivo a longo prazo refere-se a empréstimo obtido para a demanda do público alvo sob a taxa de juros de 1,2%, no total de R\$ 406.110 mil.

O ativo de curto prazo refere-se a depósitos especiais da POUPEX remunerados pela TR mais 6,5% ao ano.

As transações efetuadas com a Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX estão assim classificadas:

	Valores em R\$ mil	
	Ativo	Passivo
Curto Prazo	304	57.370
Longo Prazo	0	406.110
Total	304	463.480

NOTA 16 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Outras informações extraídas dos controles mantidos pela FHE:

Controles	Valores em R\$ mil	
	31.12.10	31.12.09
Contratos de Obras por Empreitadas	5.768	35.997
Hipotecas recebidas pela FHE	234.493	130.800
Contratos de Abertura de Crédito	150.341	83.548
Contrato Permuta	197.325	197.325

ERON CARLOS MARQUES
PRESIDENTE
CPF: 048.365.107-91**MARIA DE FÁTIMA M. GONÇALVES**
CONTADORA
CRC/DF 008.116/O-1
CPF: 217.147.540-49